

Diário do Legislativo de 11/03/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Solenidade Realizada na 10ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Comemoração do Dia Internacional da Mulher

1.2 - 9ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.3 - 10ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.4 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA

ATAS

ATA DA SOLENIDADE REALIZADA NA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 4/3/2008

Presidência dos Deputados Alberto Pinto Coelho, Doutor Viana e Carlos Pimenta

Sumário: Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - 1º Paine!; Composição da Mesa - Registro de presença - Leitura de mensagem - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Sra. Stella Taquette - Palavras da Deputada Ana Maria Resende - Palavras da Deputada Cecília Ferramenta - Palavras da Secretária Elbe Brandão - Palavras da Deputada Elisa Costa - Palavras da Deputada Gláucia Brandão - Apresentação artística - Palavras da Deputada Maria Lúcia Mendonça - Palavras da Deputada Rosângela Reis - Palavras da Sra. Virgília Rosa - 2º Paine!; Composição da Mesa - Palavras da Sra. Carmem Rocha Dias - Palavras da Sra. Stella Taquette - Palavras da Sra. Olívia de Fátima Braga Melo - Palavras da Sra. Laís Maria Costa Silveira - Palavras da Vereadora Sílvia Helena - Entrega de placas.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O locutor - Destina-se esta parte da reunião à comemoração do Dia Internacional da Mulher, que dará destaque à luta pelo enfrentamento à violência contra a mulher.

1º Paine!

Composição da Mesa

O locutor - Sob a Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho, convidamos a tomar assento à Mesa as Exmas. Sras. Stella Taquette, Diretora de Programa da Subsecretaria de Ações Temáticas da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, representando a Ministra Nilcéa Freire; Desembargadora Selma Maria Marques de Souza, representando o Tribunal de Justiça; Vereadora Sílvia Helena, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Desembargadora Maria Lúcia Cardoso de Magalhães, Vice-Presidente Administrativa do Tribunal Regional do Trabalho - 3ª Região, representando o Presidente, Desembargador Paulo Roberto Sifuentes Costa; Deputada Ana Maria Resende, membro da Comissão de Educação desta Casa; Deputada Cecília Ferramenta, membro da Comissão de Turismo desta Casa; Deputada Elisa Costa, Líder do PT; Deputada Gláucia Brandão, Presidente da Comissão de Cultura desta Casa; Deputada Maria Lúcia Mendonça, Vice-Presidente da Comissão de Educação desta Casa; Deputada Rosângela Reis, Presidente da Comissão do Trabalho desta Casa; Deputada Elbe Brandão, Secretária de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas; o Exmo. Sr. Deputado Dinis Pinheiro, 1º-Secretário desta Casa; e as Exmas. Sras. Virgília Rosa, Coordenadora da Coordenaria Especial de Políticas para as Mulheres; e Carmem Rocha Dias, Presidente do Conselho Estadual da Mulher.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença das Exmas. Sras. Márcia de Cássia Gomes, Coordenadora dos Direitos da Mulher, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Maria das Mercês Neves de Almeida, Coordenadora dos Direitos da Mulher, da Prefeitura Municipal de Betim; Cléria Rodrigues Costa, Major da Aeronáutica, do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica - Ciaar -; Vereadora Mary Simone Reis, Delegada da Mulher; Daniela de Abreu e Silva, representando a Vereadora Maria Antônia Lima Rodrigues; do Exmo. Sr. Leopoldo Portela Júnior, Defensor Público Geral do Governo do Estado de Minas Gerais; das Exmas. Sras. Laís Maria Costa Silveira, Promotora de Justiça; Vereadora Nina Galão, Presidente da Câmara Municipal de Pequeri; Telma Ferreira e Silva, representando o Superintendente Regional da Cohab; Michele de Oliveira Fraga, 1ª-Tenente do Exército Brasileiro; Maria do Carmo Rabelo Lara, ex-Prefeita de Carmópolis de Minas; Vereadora Elaine Matozinhos, ex-Deputada Estadual; dos Exmos. Srs. José Antônio, Prefeito de Araçuaí, e Denilson Ferraz, Vereador de Tabuleiro; e das Exmas. Sras. Nazaré Barreto de Carvalho, Vice-Presidente do Conselho Estadual da Mulher; Dinorah Maria do Carmo, ex-Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais; Janete Mazzeiro, Secretária Executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Fórum de Mulheres do Mercosul; Vereadora Gláucia, do Município de Divinésia; Ana Maria Pereira, Vice-Presidente do Conselho Estadual da Mulher e da Fetaemg; Cida Pereira, Vereadora de Governador Valadares; e Djuliane Dias Vieira Moreira, Vice-Prefeita de Pirapora.

Leitura de Mensagem

O locutor - Gostaríamos de ler a mensagem enviada pela Exma. Deputada Federal Jô Moraes. (- Lê:): "Queridas amigas, companheiras de muitas lutas, queria hoje estar mais uma vez com vocês, mas compromissos na Câmara dos Deputados me impedem de comparecer a essa solenidade. Mas quero dizer que cada uma das mulheres presentes a essa sessão é uma guerreira em seu campo de atuação, em seu miniuiverso. Unidas, formam um verdadeiro exército na superação das barreiras do preconceito, da violência, da coisificação das mulheres, não importa se dentro de uma sala, se numa repartição pública, se na esfera de um poder, no espaço de um bairro ou de uma cidade. Todas somos únicas na teimosia, na rebeldia, na disposição de fazer a vida mais leve, mais aprazível, porque doce, compartilhada em igualdade de condições entre homens e mulheres. E é essa meta, levada com disposição extra, que nos faz ímpar. Dividimo-nos em Marias e Madalenas, santas e pecadoras, em redentoras, para que o nosso Brasil seja de fato a terra benfazeja, o solo fértil onde constituir família, criar filhos, fazer um país, construir uma nação. Quero aqui cumprimentar e parabenizar todas as mulheres pelo carinho extra com que se entregam a essa luta diária por um Brasil mais justo".

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a cantar o Hino Nacional brasileiro.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Deputado Doutor Viana, ilustre companheiro de Mesa e 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais; Stella Taquette, Diretora de Programa da Subsecretaria de Ações Temáticas da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, representando a ilustre Ministra Nilceia Freire, é uma honra muito grande tê-la aqui conosco; Desembargadora Selma Maria Marques de Souza, representando o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; Vereadora Sílvia Helena, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Desembargadora Maria Lúcia Cardoso de Magalhães, Vice-Presidente Administrativa do TRT 3ª Região, representando o Presidente do Tribunal, o Desembargador Paulo Roberto Sifuentes Costa; Deputada Ana Maria Resende, membro da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática da Assembléia; Deputada Cecília Ferramenta, membro da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo da Assembléia; Deputada Elisa Costa, Líder do Bloco PT-PCdoB nesta Casa; Deputada Gláucia Brandão, Presidente da Comissão de Cultura da Assembléia; Deputada Maria Lúcia Mendonça, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática da Assembléia; Deputada Rosângela Reis, Presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social da Assembléia; Deputada Elbe Brandão, Secretária Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e do Norte de Minas; estas são as parlamentares que compõem a vigorosa e expressiva bancada na Assembléia de Minas Gerais. Se a quantidade ainda é um processo em conquista, com toda a certeza as Deputadas presentes na Assembléia atuam de maneira altamente positiva e significativa em todas as causas de interesse de Minas Gerais e que dizem respeito à causa do gênero feminino; Exmas. Sras. Virgília Rosa, Coordenadora da Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres, e Carmem Rocha Dias, Presidente do Conselho Estadual da Mulher; demais autoridades já mencionadas; gostaríamos, também, de registrar a presença ilustre do Procurador Epaminondas Fulgêncio e do ex-Prefeito Chico Ferramenta, do Município de Ipatinga.

Ilustres convidados, senhoras e senhores, a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, na comemoração do Dia Internacional da Mulher, tem também a satisfação de participar da luta pelo enfrentamento à violência contra a mulher. Homenageamos, nesta ocasião, as entidades que compõem a Rede Mineira de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, as casas-abrigo e os centros de apoio à mulher, nossos importantes parceiros na efetivação de medidas para mudar condições históricas de desigualdade de gênero e permitir à mulher o pleno exercício de sua cidadania.

A participação de Minas Gerais na implementação da Lei Maria da Penha vem mais uma vez atestar o empenho da Assembléia Legislativa na formulação e na execução de programas e políticas públicas para as mulheres. A Lei nº 11.340, de 2006 - Lei Maria da Penha -, tipificando como crime a violência doméstica e familiar contra as mulheres, estabeleceu na sociedade a reflexão sobre o cotidiano de milhares de brasileiras, na medida em que tem provocado debates no meio jurídico sobre a igualdade entre os gêneros. No entanto, sua implementação, ao provocar o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, continua sendo um grande desafio, no bojo do rompimento de padrões culturais arcaicos e também da rotina dos sistemas policial e judiciário.

A luta contra a violência familiar associa-se estreitamente à exploração sexual de meninas e adolescentes e ao tráfico de mulheres, passando pela realidade da pobreza e do desemprego. E, ao também ocupar-se da promoção dos direitos sexuais e reprodutivos, o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres envolve um amplo espectro social que diz respeito à saúde, à educação, à justiça, à segurança pública, à cultura e à geração de renda. Na sua efetivação, infelizmente Minas Gerais não consta entre os primeiros integrantes. Apelo, nesta oportunidade, para que o Estado seja logo incluído entre os atendidos pelos programas e estratégias que priorizam, sobretudo no âmbito municipal, a implementação desse Pacto.

Afinal, temos ativamente participado, em articulação estreita com os demais Poderes, da luta pelo enfrentamento à violência contra a mulher. No momento, tramita na Assembléia o projeto de lei de organização do Judiciário, que, entre outras inovações, cria o Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. A proposta de criação desse juizado foi feita no fórum técnico "Políticas Públicas para as Mulheres", realizado nesta Casa em agosto de 2006. Na época, o pleito foi levado ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado pela bancada feminina da Assembléia Legislativa e por representantes de entidades que participaram do fórum. Também o Ministério Público trouxe sua contribuição, com a recente instalação da Promotoria de Justiça Especializada no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Devo ressaltar a presença neste Parlamento de uma atuante bancada feminina, visceralmente preocupada com esse tema e que vem agindo em frentes paralelas, como os direitos à terra e à moradia, à saúde e à educação inclusiva.

Tenho a honra e o orgulho de conviver com as Deputadas Ana Maria Resende, Cecília Ferramenta, Elisa Costa, Gláucia Brandão, Maria Lúcia Mendonça e Rosângela Reis, além da Deputada Elbe Brandão, licenciada, mas à frente da importante Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e do Norte de Minas. Nossas Deputadas, por sua vivência particular e visão diferenciada para as questões que envolvem a vida em comunidade, têm trazido equilíbrio e representatividade ao nosso campo político.

Tenho certeza de que caminhamos para essa urgente transformação social que nos dará uma perfeita equidade entre os gêneros, tanto no campo social quanto no campo econômico. Quero acreditar que muito brevemente não se verá mais a mulher brasileira como anjo desprotegido ou como uma flor aprisionada, oprimida e violentada, mas como um ser plenamente incluído no mundo, em posição de irrefutável autonomia. Muito obrigado.

Registro também a presença ilustre do ex-Deputado Estadual e Federal e ex-Prefeito de Pouso Alegre João Batista Rosa.

Palavras da Sra. Stella Taquette

Boa-tarde a todos e a todas. Quero saudar a Mesa na pessoa do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Alberto Pinto Coelho, e a todas as mulheres presentes na pessoa da coordenadora Virgília Rosa, nossa companheira.

Serei breve, pois mais tarde ainda terei a oportunidade de falar sobre o Pacto, quando me alongarei um pouco mais. Estou muito feliz por estar aqui e honrada com o convite à Secretaria. Tenho certeza de que, se pudesse, a Ministra Nilceia Freire estaria aqui.

Gostaria de esclarecer que, apesar do que disse o Presidente da Assembléia, Minas está entre os primeiros Estados incluídos no Pacto. De fato, no primeiro documento que saiu sobre o Pacto, Minas Gerais não estava incluída como Estado prioritário. Tínhamos de escolher alguns Estados para dar início ao processo de negociação do Pacto, que, conforme se verá mais tarde, é difícil e um pouco demorado. Baseados em critérios que não vou explicitar neste momento, mas que dependeram do Programa Nacional de Segurança Pública por Cidadania, foram escolhidos os dez primeiros Estados, e, de fato, Minas não estava incluída, inicialmente. No entanto, consideramos importante a sua inclusão e, assim, Minas está na leva dos primeiros Estados que serão contemplados com os recursos.

Os outros Estados do País também serão contemplados ao longo dos próximos três, quatro anos de governo, e esperamos que, ao final deste governo, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência esteja vigorando a pleno vapor em todos os Estados.

Quero cumprimentar Minas pela iniciativa deste evento tão importante, principalmente as mulheres que se organizaram para estar aqui, e gostaria de citar um pequeno poema do Carlos Drummond de Andrade, poeta mineiro, que nos fala de como devemos estar sempre nos superando, tentando ser melhores. As mulheres brasileiras estão dando exemplo, saindo da posição de vítimas que são para ser protagonistas de um processo de mudança que levará à paz social. Nesse sentido, o pequeno poema do Drummond fala que o importante não é inventar, é ser inventado, dia após dia, e que nunca ligue pronta a nossa edição convincente. Boa-tarde a todos.

Palavras da Deputada Ana Maria Resende

Saudando o Deputado Alberto Pinto Coelho, nosso Presidente, quero saudar toda a Mesa, os Deputados que nos homenageiam com sua presença, os convidados, as homenageadas, todos os que vieram a esta Assembléia Legislativa hoje para podermos comemorar o Dia Internacional da Mulher. Mas quero cumprimentar, de maneira especial, as nossas sete Deputadas e dizer a elas e a todos que nós sete estamos aqui para mostrar a toda Minas Gerais que não existe lugar determinado, que não existe obrigação de homem e de mulher. Onde há possibilidade, têm que estar o homem e a mulher.

O nosso Governador Aécio Neves nos dá o exemplo, o modelo a seguir, quando chama para sua equipe de Secretários cinco mulheres, estabelecendo o equilíbrio entre o pensar masculino e o pensar feminino, o fazer e o querer masculino e o fazer e o querer feminino. O nosso Governador, tenho certeza, faz como está dito na Bíblia: o Senhor criou o homem, viu que ele estava só e criou a mulher. Quando a Bíblia diz que o Senhor criou a mulher, não quer dizer que a criou fisicamente diferente do homem, mas que o Senhor viu que não podia, num local, haver pessoas iguais, que era preciso haver o diferente. E o Senhor criou a mulher, diferente. Quero, com isso, dizer que as leis estão sendo feitas, mas que lei não mudará a situação de tantas mulheres esquecidas pelo nosso Brasil e pela nossa Minas Gerais afora; que todas nós, convidadas e homenageadas, temos que sair daqui com um propósito, um compromisso: mudar a forma com que a mulher olha para si mesma, a idéia e a concepção que cada mulher, no rincão mais longe de Minas Gerais, tem sobre si. Aí, certamente, não haverá nada, não haverá amarras, e não precisaremos mais comemorar o Dia Internacional da Mulher, porque cada uma saberá do seu espaço e que Deus criou o sol para todos, o que quer dizer vida, mas também trabalho.

Ao mesmo tempo que criou o Sol para todos, Deus criou a sombra e a água fresca. Nós, mulheres, não exigimos, mas trabalhamos para mostrar que o Sol também é nosso, e que a sombra e a água fresca foram feitas também para nós, mulheres.

Deputados, convidados e telespectadores que nos acompanham hoje pela TV Assembléia, esta é uma semana muito especial, pois estaremos comemorando, no próximo dia 8, o Dia Internacional da Mulher. Na verdade, mulher não precisa de um dia específico, de uma data preestabelecida. O seu dia são todos os dias, pois estamos vivas e atuantes independentemente de que dia seja. Na verdade, nunca temos folga.

Deputados e Deputadas, homenagear mulheres é, para mim, uma missão muito especial; aliás, muito me honra homenagear mulheres norte-mineiras, que buscam, dão oportunidade, acolhem e caminham juntas. É uma honra maior ainda homenagear Maria Salete de Souza Nether e Idalina Viana Mota. É uma alegria recebê-las aqui. A sensibilidade feminina, o poder de ver o mundo pela retina doce de quem tem o dom de gerar vida, a capacidade de se multiplicar em várias para ser a mesma pessoa e a facilidade de compreender melhor a realidade e de dar vazão mais rápida às demandas que lhes batem à porta fazem de Salete e de Idalina pessoas especiais. Salete e Idalina, vocês, em espaços diferentes, confundem, fascinam e surpreendem a todos nós!

Minas nasceu com vocação para ser grande e boa; todavia será ainda maior e melhor na medida em que aumentarmos a participação, em

todas as esferas de poder, de mulheres cidadãs, na construção de uma sociedade mais harmônica, mais justa e, por isso mesmo, mais humana.

Num intervalo da lida cotidiana nesta Assembléia Legislativa, na continuação de meu trabalho sob outras formas e na visita aos eleitores para ouvir e buscar compreender as percepções, os anseios e as necessidades do Norte mineiro, conheci Idalina Viana Mota. E hoje, ao ser chamada para homenagear mulheres formadoras de opinião, que ocupam espaços institucionais e implementam neles a inserção social de tantos, a imagem, a obra e o nome de Idalina fluem naturalmente em minha mente e no meu coração. Vereadora na cidade de Manga e Prefeita em Miravânia, tem sido sempre protagonista da história do Norte de Minas, e não apenas mera espectadora.

Idalina, mesmo vivendo a dura realidade de dar respostas concretas como Prefeita de uma pequena cidade do Norte de Minas, nunca se desligou do seu sonho, nunca perdeu o seu romantismo; transformou a rotina do seu dia-a-dia numa sucessão de novidades e descobertas. Quando se sentia fraca, fazia dela sua fortaleza, tirava dali lições de otimismo e de determinação. Foi sempre resistente nas intempéries da vida, pois, sendo mulher, é vida, tem vida e gera vida. Além disso, sabe a noção exata do que significam as palavras "amor" e "amar".

Foi para você, Idalina, e para tantas outras Idalinas brasileiras que Geraldo Alckmim, ex-Governador de São Paulo, disse: "Política sem mulheres é como o céu sem estrelas". Elas são diferentes. Todas formulam políticas públicas que comprometem seus governos com a justiça social.

Parabéns Idalina, esta Assembléia reconhece publicamente a importância do seu trabalho e do seu valor como pessoa.

Salete, com seu jeitinho e sua delicadeza, você soube galgar e conquistar seu degrau na escada da vida, que inclui o lado profissional, o lado familiar e o lado pessoal. Fez questão de ser sempre o sexo frágil e de ter a consciência de que fragilidade não significa fraqueza. Essa fragilidade da Salete, na verdade, significa sensibilidade. Uma mulher inteligente que faz questão de ser vista e considerada como um vaso frágil, para ser tratada com respeito, carinho, amor e cuidado. E é nesse momento que ela mostra a força que tem.

A educadora Sandra Mamede foi muito feliz quando afirmou que ser forte não significa gritar para ser ouvida. Não é preciso exigir para conseguir as coisas, se com um jeitinho especial é possível pedir e ser atendida. Não é preciso medir forças, enfrentar, pois a sua força está na persuasão. Não é preciso se armar, pensando estar numa guerra física, achando que é vergonhoso recuar; às vezes, para se ganhar uma guerra, é preciso recuar, fortalecer-se para, então, avançar com mais força, mais segurança, mais convicção e atingir o seu alvo.

Por isso, neste momento, trago lá do sertão norte-mineiro a educadora Maria Salete de Souza Neter, esposa, mãe, educadora e mulher acima de tudo. A Salete, que, ao longo dos anos, tem prestado um grande serviço como operária da educação, a nossa doce e querida Salete, tem o espírito da mulher que desbrava os obstáculos para realizar sonhos.

Na verdade esta homenagem que prestamos à Salete e à Idalina é extensiva a todas as mulheres de Minas Gerais e deste imenso e amado Brasil, sensíveis, afáveis e, acima de tudo, guerreiras em potencial.

Para homenagear todas as Idalinas e Saletes reunidas aqui, assim como todas as outras que compõem os 51% da população brasileira, lerei os versos de um autor desconhecido. "A mulher ideal / é aquela que é maravilhosa acima de tudo. / Que pode com um sorriso provocar amor e felicidade. / A mulher ideal... / É aquela que é simples por natureza. / Que pode explicar com simples gestos toda a sua feminilidade e grandeza. / A mulher ideal... / É aquela que sabe como ninguém entender os sinais do amado, antevendo-lhe os movimentos, estando sempre ao seu lado. / A mulher ideal... / É aquela que não seja perfeita, pois somente Deus o é, mas que busque a perfeição em todos os seus gestos. / A mulher ideal... / É aquela que, mesmo com o passar dos anos, tenha sempre o sorriso de menina, pois o enrugado da pele é ínfimo perante a alma feminina."

Por isso tudo, viva a mulher, não somente no dia 8 de março, não somente no segundo domingo do mês de maio, não somente no dia das avós, mas viva a mulher todos os dias, todas as horas, todos os minutos e todos os segundos, porque somos o sal da terra, a luz do mundo, o doce da vida. Muito obrigada.

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Com a palavra, a Deputada Cecília Ferramenta.

Palavras da Deputada Cecília Ferramenta

Boa tarde a todas e a todos. "Pode-se graduar a civilização de um povo pela atenção, decência e consideração com que as mulheres são educadas, tratadas e protegidas." Com essas palavras do Marquês de Maricá, Senador e Ministro do Primeiro Império brasileiro, gostaria de iniciar a minha fala em comemoração do Dia Internacional da Mulher.

É com muita alegria que cumprimento as minhas colegas Deputadas Ana Maria Resende, Elbe Brandão, Elisa Costa, Gláucia Brandão, Maria Lúcia Mendonça e Rosângela Reis, reafirmando que para mim é uma honra participar de uma bancada feminina atuante e representativa das mulheres de Minas Gerais nesta Casa Legislativa.

Saúdo o nosso Presidente, Deputado Doutor Viana, que, neste ato, representa o Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, e em cuja pessoa cumprimento as autoridades que compõem a Mesa. Quero cumprimentar também todos os colegas Deputados e parabenizá-los pela presença neste Plenário. Nestes cinco anos em que participo desta comemoração, é a primeira vez em que vejo presença tão maciça dos nossos companheiros Deputados.

Mais do que uma simples data, o Dia Internacional da Mulher é uma conquista. Esse dia representa uma luta intensa e diária pela igualdade de direitos, independência, autonomia e respeito à mulher.

Temos que continuar avançando, e para isso é fundamental a participação das mulheres nas atividades políticas, nas associações de bairro, nos sindicatos, nas câmaras municipais, nas assembleias legislativas, no Congresso Nacional e em todas as instâncias políticas e sociais. Somente com a mobilização das mulheres de todas as idades poderemos participar ativamente da transformação da nossa sociedade, fazendo parte das tomadas de decisão.

Pensando nisso, este ano escolhi, para prestar a minha homenagem, duas jovens mulheres que têm ampla participação na sociedade e têm ocupado espaços onde os homens ainda são maioria. Tenho o prazer de homenagear Sandra Helena do Nascimento Silva, Diretora do Sindicato dos Comerciantes de Ipatinga, e Izabella Cristina Pimenta Rocha, Vice-Presidente da Câmara Mirim do Município de Ipatinga.

Izabella Cristina, neste momento, gostaria de aproveitar, ao homenageá-la, para homenagear também seus pais, Edinho Ferramenta e Sandra,

e também a Elza, que é a coordenadora do programa da Câmara Mirim de Ipatinga.

Izabella mal saiu das fraldas - tem apenas 14 anos -, mas já está amplamente envolvida nas questões políticas da nossa cidade e é a Vice-Presidente da Câmara Mirim de Ipatinga. Além de ser uma liderança estudantil e sempre participar das campanhas e atividades da sua escola, sendo uma referência para seus colegas, Izabella faz parte do Projeto Câmara Mirim e acompanha todo o processo legislativo da Câmara Municipal de Ipatinga. Mesmo com a pouca idade, Izabella não quer apenas saber o que acontece no seu Município: ela quer ir além. Ela quer participar da vida política e poder acompanhar as decisões que afetam a sua comunidade. Parabéns, Izabella.

Agora farei homenagem à Sandra Helena. Gostaria, Sandra, que você ficasse de pé.

Sandra Helena é uma guerreira: foi vítima de violência doméstica por 11 anos, no seu casamento. Após seis meses de casada, começaram as torturas. Nesse período ela teve seu braço quebrado, com fratura exposta, e passou por quatro cirurgias para recompô-lo. Mas não ficou parada. Em 1999 ela deu seu grito de guerra, seu grito de liberdade, disse um "basta!" e foi à luta. Hoje ela é Diretora do Sindicato do Comerciantes de Ipatinga. Além de defender a sua categoria, ela faz um trabalho de conscientização junto às mulheres do Município de Ipatinga e junto à sua categoria.

Parabéns, Sandra. Você é uma das tantas Marias da Penha que existem em Minas Gerais, às vezes escondidas, pois não tiveram a coragem de dar esse grito de independência e de liberdade, esse grito para a luta. Parabéns, mais uma vez, Sandra Helena.

Fernando Pessoa, grande poeta da língua portuguesa, disse: "O valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis".

Rendo também as minhas homenagens a todas as homenageadas que se encontram neste Plenário e, com um carinho especial, à Sra. Josefina Tavares, do Grupo Se Toque, e a D. Argentina Leite, voluntária do Projeto Videiras, ambas da nossa cidade de Ipatinga, aqui justamente homenageadas pela Deputada Rosângela Reis.

Parabéns a todas as mulheres, guerreiras, mães, filhas, operárias. Parabéns a todas as mulheres de Minas, do Brasil, do mundo. Parabéns a todas as mulheres que, de alguma forma, de algum modo, do mais sofisticado ao mais simples, fazem desta terra um lugar mais humano, mais digno, mais feliz de se viver. Mulher é vida. Muito obrigada e um grande abraço em cada uma de vocês.

Palavras da Secretária Elbe Brandão

Boa tarde a todos. Cumprimento o Deputado Doutor Viana - hoje o "bendito-é-o-fruto-entre-as-mulheres" - e cumprimento esta Casa, que sempre respeitou este momento, eu diria, do encontro de mulheres.

Geralmente é uma tarde em que esta Casa retoma a reflexão, retoma a fala e nos permite dedicar um pouco de tempo ao que somos, ao que representamos, principalmente pela luta que empreendemos. A luta não é somente de gênero, tampouco de direitos; acredito que é uma luta muito maior, que transcende algumas conquistas tangíveis. Nossa luta é milenar. Nos principais livros lidos hoje, no nosso país, como "O Livreiro de Kabul", "O Caçador de Pipas", "A Cidade do Sol", vemos a literatura mundial de "best-sellers" chamando a atenção para mulheres que ainda vivem de burca, que são impedidas de mostrar sua cara, de gozar dos direitos existentes nesta aldeia global chamada Terra. Aqui, no Brasil, temos de nos orgulhar da marcha que fazemos no tempo e no espaço, mostrando nossa cara e convivendo com a diversidade. A bancada feminina desta Casa merece o aplauso da sociedade mineira porque tem feito isso. Aplaudimos essas mulheres na figura da Cecília, da Elisa, da Ana, da Gláucia, da Maria Lúcia. Sempre soubemos, independentemente de partido, conviver com a diversidade com respeito, para caminharmos juntos, mostrando a múltipla face da mulher mineira.

Foi-nos pedido que utilizássemos apenas 3 minutos, mas, para uma mulher, 3 minutos é muito pouco. Nós, que rejeitamos a violência, que lutamos contra ela, temos na voz o maior instrumento das nossas conquistas.

Tenho a absoluta certeza de que, se pudesse, o Governador Aécio Neves estaria aqui, dando um abraço pessoalmente em todas as mulheres, em todas as mulheres mineiras. Gostaria de parabenizar especialmente a Ana Maria, que traz aqui duas companheiras, duas guerreiras, mulheres do sertão, do Norte de Minas, a Salete e a Idalina. Quero expor também a alegria que sinto por trazer a esta Casa a Ana Lúcia. Gostaria que você ficasse de pé, Ana. A Ana Lúcia é uma dentista, uma brava guerreira do sertão e primeira-dama de Monte Azul. E aqui faço uma reflexão sobre o papel de todas estas mulheres que, como a Ana Lúcia, acompanham os Prefeitos, os Vereadores, os Deputados desta Casa. Como vemos, não basta ser primeira-dama. A Ana, como primeira-dama, trabalha e faz a diferença. Minha homenagem a você, Ana Lúcia, em especial pelo que vi, pelo seu carinho no programa do Agente Jovem, no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na sua cidade, pela forma como você buscou fazer a diferença com as mulheres do artesanato, fazendo gerar emprego e renda, fazendo com que aquelas mulheres vivessem com dignidade. Lá, na sua cidade, você não é esposa de Zé Edvaldo, você é a Ana, querida e amada por toda aquela terra, na qual faz a diferença.

Nesta Mesa, temos um exemplo dessas mulheres que fazem a diferença: a Cecília já foi a primeira-dama de Ipatinga, e a Ana já foi a primeira-dama de Montes Claros. E assim, ao lado dos homens, as mulheres marcham em busca de uma sociedade mais justa, fraterna e humana. Sei que nossa luta não é apenas uma luta de mulheres lutando por mulheres, mas de toda uma sociedade, de homens e mulheres lutando por um mundo melhor e mais solidário, com muito respeito pela diversidade.

Cumprimento a Cristina, esta nossa brava guerreira do PSDB, e o PSDB aqui presente, homenageando todas as mulheres. Saúdo também as bravas meninas do Corpo de Bombeiros, que hoje fazem a diferença. Cumprimento as mulheres que estão na Justiça, no Ministério Público, na medicina, enfim, as que estão em todo e qualquer lugar da sociedade fazendo a diferença.

Há uma outra homenageada que gostaria de ter aqui, nesta tarde, mas que, por uma adversidade, não pôde comparecer. Refiro-me à Vereadora Maria Antônia. Há um Município chamado Nova Porteirinha, situado ao lado de Janaúba. Trata-se de um Município recém-emancipado, que teve a honra de emancipar quando atuei como Deputada nesta Casa. Lá, hoje, há cinco Vereadoras, em um conjunto de nove Vereadores. Assim, na pessoa da Tonha, homenageio as Vereadoras Regina, Dona Dora, Marilza e Dona Calu. Então, são cinco Vereadoras, fazendo a diferença para Minas Gerais e superando os 50% da representação.

Sr. Presidente, é com muita honra que levaremos àquela Casa Legislativa, representada aqui pela Daniela, as nossas homenagens. Trata-se de um pequeno Município do Norte de Minas, do sertão. Até há pouco tempo, Ana Maria Resende, essa era uma terra de coronéis, mas hoje mostra, na força do voto e do trabalho, a diferença desta sociedade que estamos construindo.

Por fim, parabeno todas as homenageadas. Sei que todas foram selecionadas a dedo pelas Deputadas desta Casa. Aliás, foi com muita dificuldade que se fez essa seleção, porque, na verdade, na tentativa de sermos justas com tantas mulheres que fazem a diferença nesta nossa Minas Gerais, teríamos de triplicar aqui o número de homenageadas. Mas, ao homenagear cada uma de vocês, esta Casa homenageia todas as

mulheres mineiras. Fica aqui, então, o nosso respeito ao parlamento.

Muitas poesias, no dia de hoje, foram citadas, mas gostaria de me reportar a um pensamento de um xamã indígena. Perguntaram-lhe como ele conseguia, com tanta adversidade no mundo, manter um semblante tão sereno e ter tanta calma. Ele respondeu que era como qualquer outro ser humano. Dentro dele, havia dois cães que brigavam permanentemente, que viviam em guerra: o cão do bem e o cão do mal. Perguntaram-lhe, então, qual venceria a guerra. Ele respondeu que seria aquele que melhor alimentássemos. Assim, que possamos, nesta tarde, alimentar e exercer a prática do bem. Só o amor é capaz de superar todas as tragédias e todos os desafios que vive o nosso planeta. Muito obrigada.

Palavras da Deputada Elisa Costa

Minha saudação ao 1º-Vice-Presidente desta Casa, Deputado Doutor Viana, nosso amigo. Na pessoa dele, cumprimos os demais Deputados e seus familiares que se encontram aqui, nesta tarde.

Cumprimento a Stella, representando aqui a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Gostaria que ela levasse o nosso abraço à Ministra Nilcéa Freire e dizer-lhe que foi um sucesso a II Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres. Mais de 200 mil mulheres participaram, em todas as instâncias, das conferências municipais e estaduais, culminando com a Conferência Nacional.

Amanhã a Ministra Nilcéa Freire, com a presença do Presidente Lula, lança o II Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres.

Aproveito, Stella, para convidá-la, em nome da bancada feminina e da Assembléia Legislativa, para participar dos seminários regionais, que estamos tentando viabilizar, para discutir a implementação da Lei Maria da Penha.

Gostariamos da presença, em cada seminário, de representante da Secretaria Nacional, junto à Coordenadora Estadual, Virgília Rosa, assim como aos diversos movimentos sociais, para que possamos caminhar em grande parte das cidades de Minas Gerais e discutir a efetiva implantação da Lei Maria da Penha. Essa é uma tarefa concreta desta Casa para que possamos divulgar mais a lei, fazendo-a conhecida em todos os Municípios. Devemos envolver os Executivos Municipais, os Legislativos, os Judiciários, assim como os movimentos sociais, na implementação dessa lei. Publicamente, deixo o convite para que a Secretaria possa assumir conosco essa tarefa em Minas Gerais.

Em meu nome e no de todas as Deputadas desta Assembléia, nossas amigas Ana Maria Resende, Cecília Ferramenta, Gláucia Brandão, Maria Lúcia Mendonça, Rosângela Reis e Elbe Brandão, cumprimos as representações que aqui se encontram de companheiras dos diversos Legislativos mineiros, como a Vereadora Cida Pereira, de Governador Valadares, e tantas outras. Cumprimento-as pelo trabalho integrado, que estamos fazendo nesta Casa Legislativa, das políticas, das ações e das relações estabelecidas.

Há um cuidado especial em nossa atuação, assim como em nossa representação e em nossa relação com os movimentos. Existe essa força muito importante na Assembléia Legislativa. Quero me somar a todos os movimentos sociais e de luta que se manifestarão durante esta semana, como a Marcha das Margaridas, a Via Campesina, o movimento das mulheres ligadas às lutas do campo. Todas estarão refletindo acerca de sua formação e de sua organização, assim como sobre a luta e a presença da mulher na sociedade neste momento de mudanças.

Nossa Assembléia, durante os últimos anos, refletiu principalmente sobre dois temas, para nós, muito importantes: a mulher e as relações de poder, e o enfrentamento da violência contra a mulher. Esses dois temas, prioritariamente, tomaram conta da nossa luta, dos nossos movimentos e das nossas representações. Não podemos dizer que já resolvemos os outros temas. Há muito ainda a caminhar, se considerarmos a saúde, as lutas no mercado de trabalho, na educação, enfim, se pensarmos em outros temas relacionados à causa da mulher.

Todavia, os dois temas citados anteriormente dizem respeito a desafios maiores de nossa construção. É verdade que, em nossa construção, estamos lutando para fazer o novo todos os dias. E fazer o novo todos os dias nas relações afetivas, na luta da presença feminina na política e no combate à violência, é, sem dúvida, um grande desafio. Primeiramente, pela própria atitude da mulher, que deve ser, todos os dias, pensada e refletida, no seu tempo, no seu espaço e na sua construção; depois, pela exigência que temos de fazer. Não podemos ter um Estado nem Municípios omissos quanto à causa da mulher.

Por isso, precisamos de políticas públicas do governo federal, do Estado e dos Municípios, para nos ajudar a romper as barreiras do preconceito e da discriminação. Por meio da luta organizada, poderemos implementar políticas que possam mudar a vida da mulher e colocá-la num patamar de igualdade e de liberdade.

Esses dois temas, sobre os quais a Assembléia tem refletido, mais uma vez se tornam notórios pela presença de todos nós aqui, onde há representações dos centros de referência e de apoio, de combate à violência, da rede de proteção e das casas-abrigo. Estão aqui, hoje, pessoas que passaram por dores, humilhações, isolamento, medo e agressões, refletindo uma história muito rica, pois tiveram de ter coragem para fazer suas denúncias e, muitas vezes, para conviverem com a impunidade.

Então, há aqui uma soma de experiências de vida, de história. Todavia, não queremos ficar apenas nisso, mas ir além do que já representamos. Foi grande o passo que demos, pois dispomos de políticas públicas de enfrentamento. Temos um pacto nacional de enfrentamento, de combate à violência, do qual fazem parte Minas Gerais e outros 11 Estados. Isso, porém, não é suficiente para que nossa luta seja reconhecida na sociedade, para que haja menos violência, para que a mulher seja totalmente libertada dos medos e das contradições do dia-a-dia.

Reunimo-nos aqui para somar forças, energias necessárias ao combate a toda forma de opressão, discriminação e preconceito, bem como para melhor organizarmos nossa luta, visto que, dessa forma, conquistaremos mais espaço na sociedade. É preciso exigir o que for necessário dos governantes, de todos os poderes, já que precisamos de mais recursos, de mais políticas e de mais liberdade nesse tempo da nossa vida e da nossa história.

Quero homenagear aqui a Vera Lúcia e a Jandira, enfim, todas as mulheres que sofreram algum tipo de violência. Há aqui um texto escrito pelas mulheres da Casa Abrigo, de Governador Valadares: "Dezesseis anos de medo, de insegurança, de opressão, longos anos de angústia, violência física e psicológica, que precisou de fé, de coragem, de atitude, de luta. A Casa Abrigo foi uma providência, a porta de entrada para o começo de um novo propósito de vida. Há cinco anos livre, convivendo com a sociedade, cuidando dos filhos, presente no mercado de trabalho, de uma forma emocionalmente, fisicamente e psicologicamente recuperada. A Casa Abrigo foi a mão estendida, o direito a uma vida melhor". Esse é o texto da Vera Lúcia; na verdade, é o texto de todas nós aqui presentes, que, dando nossas almas, buscamos recuperar vidas. Parabéns a vocês que lutam, que estão no enfrentamento do dia-a-dia. Essa causa é muito dura, mas também tem a leveza da simplicidade, da sensibilidade e, principalmente, da liberdade, quando conquistada por cada mulher. Um grande abraço.

O Sr. Presidente (Deputado Carlos Pimenta) - Com a palavra, a Deputada Gláucia Brandão.

Boa-tarde a todas e a todos. É com muita alegria e gratidão a Deus por ser mulher que estou aqui, neste dia especial. Cumprimento os membros da Mesa, especialmente o colega Deputado Carlos Pimenta, que preside os trabalhos nesta oportunidade, representando o Deputado Alberto Pinto Coelho, na pessoa de quem cumprimento todos os colegas que participam deste evento, nesta data tão importante; cumprimento minhas colegas de bancada e expresso minha alegria por poder aprender com elas a lutar, a desenvolver ações e leis que realmente promovam justiça, desenvolvimento educacional e social no nosso Estado. Obrigada, Ana Maria Resende, Cecília Ferramenta, Elisa Costa, Maria Lúcia Mendonça, Rosângela Reis e Elbe Brandão, que abriu mão de seu mandato para, no Norte de Minas, ajudar ao Governador e ao nosso Estado. Cumprimento ainda minha colega Vereadora do PPS, que tanto tem feito por Belo Horizonte e pelo Estado. Agradeço, enfim, a todos os presentes, especialmente aos homens que participam deste evento.

Na realidade, todos somos responsáveis pela construção de uma sociedade mais justa. Não são as mulheres sozinhas nem os homens sozinhos. Deus viu que o homem estava só e nos fez como companheiras idôneas para ajudar o homem a construir uma sociedade melhor. Todos os anos, reunimo-nos aqui para comemorar o Dia Internacional da Mulher, como uma forma de fazermos um balanço das conquistas das mulheres nesses anos de luta, para que seus direitos sejam reconhecidos e respeitados. É um momento de reflexão, para avaliarmos os avanços, os nossos limites e as novas possibilidades; temos de lutar para conseguir essa tão almejada igualdade, entre homens e mulheres no exercício dos direitos civis, políticos e sociais, prevista na Constituição de 1988. Sabemos que muitas vitórias foram alcançadas, mas ainda existem muitas searas a serem desbravadas. Mas, para nós, mulheres, a luta nunca foi um fator inibidor da nossa iniciativa. A mulher possui, em sua essência, a garra, a persistência e, sobretudo, o amor, elementos que dão a força necessária para enfrentar os desafios impostos pela vida. Prova disso é a história da minha homenageada, D. Efigênia Pimenta, mulher guerreira, incansável, que pautou a sua vida pelo comportamento firme e ético das mulheres especiais. Com a sua determinação, como educadora, criou seus filhos e ativistas nas causas étnicas e comunitárias. É líder do movimento negro em Ribeirão das Neves. É o exemplo de uma pessoa que sofreu, mas que transformou a sua dor e o seu sofrimento em bandeira de luta para conseguir uma qualidade de vida melhor para suas companheiras. Na sua pessoa, D. Efigênia, quero homenagear todas as mulheres de Ribeirão das Neves e da nossa Região Metropolitana, que, com bravura, superam as dificuldades de ser mãe e pai e mostram que, com uma educação responsável, formamos homens e mulheres de bem.

Como nos ensinou o apóstolo Paulo, em Coríntios, XIII: "Ainda que eu falasse a língua dos homens e dos anjos, se não tivesse amor seria como o bronze que soa e como o sino que retine; ainda que eu distribuísse todos os meus bens entre os pobres e entregasse o meu próprio corpo para ser queimado, se não tivesse amor nada disso adiantaria". Assim procuramos homenagear as mulheres que colocam o seu coração como instrumento de trabalho, fazendo da prática da fraternidade a sua senha. Por meio da amiga Cláudia Maria Pereira da Silva, Coordenadora do Ministério de Mulheres da Oitava Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte, demonstramos o nosso reconhecimento a todas as mulheres que acolhem mulheres desamparadas, que criam filhos que não geraram, que promovem a orientação necessária para o caminho do trabalho, da geração de emprego e renda, da capacitação e, principalmente, que norteiam adultos e crianças para o caminho da fé, da esperança e do amor a Deus. Claudinha, nesta homenagem, quero homenagear todo o Ministério, todas as 50 mulheres que com você lutam para dar dignidade. São mulheres transformadas e que transformam vidas. Mulheres que se dedicam, vivem para servir a Deus e ao próximo e fazem das suas vidas uma meta de servir, sobretudo, a Deus e ao próximo. Pois Ele, Deus, é a síntese de tudo. Assim as mulheres mineiras são reconhecidamente enaltecidas neste dia dedicado a elas. Se ainda temos muito que caminhar, podemos fazê-lo de maneira singular, colorindo com o verde da esperança as bandeiras a serem deflagradas em prol dos interesses da mulher, colocando em nossas mãos o perfume do amor, para que sejamos instrumentos para conduzir nossos filhos, nossos irmãos, nossas irmãs para o caminho do bem, fazendo do nosso dia-a-dia a oportunidade para novas conquistas. Fica o meu agradecimento e reconhecimento às entidades aqui presentes, pela sua atuação e pela forma que contribuem para que a mulher receba a atenção e a dignidade necessárias. Todas nós temos uma bela missão a cumprir, cada uma dentro de suas aptidões. Como seria gratificante se mais mulheres se engajassem na luta dos direitos femininos, em especial se interessando mais pela política, procurando ocupar cargos eletivos e contribuindo com a sua intuição e sensibilidade para que o poder público tenha as nuances da feminilidade a seu favor! Mulheres que amam, mulheres que sofrem, mulheres que superam seu sofrimento, lutam e fazem da vida a sua bandeira. O meu abraço afetuoso a todos aqui presentes, àquelas mulheres que permanecem anônimas nos rincões de Minas, mas com o mesmo brilho de todas as que permanecem na nossa luta.

Para terminar, gostaria de deixar para reflexão um texto de Clarice Lispector: "Sonhe com aquilo que você quiser, seja o que você quer ser, porque você possui apenas uma vida, e nela só tem uma chance de fazer aquilo o que quer. Tenha felicidade o bastante para fazê-la doce, dificuldades para fazê-la forte, tristeza para fazê-la humana, e esperança suficiente para fazê-la feliz. As pessoas mais felizes não têm as melhores coisas. Elas sabem fazer o melhor das oportunidades que aparecem em seu caminho. A felicidade aparece para aqueles que choram, para aqueles que se machucam, para aqueles que buscam e tentam sempre, e para aqueles que reconhecem a importância das pessoas que passam por suas vidas". Completo com Vinícius de Moraes: "A vida só adquire vida quando a gente empresta a vida para o resto da vida". Muito obrigada.

Apresentação Artística

O locutor - Neste momento, assistiremos a uma apresentação artística da Companhia Baobá de Arte Africana e Afro-Brasileira, que tem como Diretora e coreógrafa Júnia Bertolino.

- Procede-se à apresentação artística.

Palavras da Deputada Maria Lúcia Mendonça

Muito obrigada. Mandaram-me falar pouco, em face do adiantado da hora, mas isso vai ser difícil pra danar porque estou altamente motivada com o que ouço e com a presença de vocês. De fato, será um sacrifício violento. Mandem o avião esperar um pouco mais - não para mim, mas para a representante da Ministra, que tem compromisso e precisa retirar-se.

Na pessoa da Stella, representante da Ministra, e na da encantadora Virgília Rosa, cumprimento todas as mulheres da Mesa. Cumprimento também as minhas queridas amigas Deputadas, que não preciso mencionar, companheiras e lutadoras que trabalham conjuntamente por uma posição da mulher no mundo de hoje. Parabenizo, na pessoa do companheiro Deputado Carlos Pimenta, o Presidente da Assembléia. Vocês viram o carinho com que o nosso Presidente trata as mulheres; por isso, queremos conclamar a todas a vir para a Assembléia, ser Deputadas. Venham para cá; está na hora de abraçarmos a causa política. Precisamos formar uma Mesa como esta que aí está, porque a nossa Mesa na Assembléia só tem homens. Ainda não temos sequer uma mulher na Mesa desta Casa, mas podem ter certeza de que estamos batalhando por isso. Está escrito aqui o que me mandaram falar, mas na verdade sou péssima para ler; prefiro falar o que vai no meu coração. Então, vou pinçar algumas coisas, até para ser mais rápida. Pegando um "gancho" nas músicas que foram cantadas, ouvimos o rapaz falar: "comigo não, violão". Não ouvimos? Então, temos de falar isso: comigo não, violão. Esse "violão" significa muita coisa. Acho que essa música falou muito sério a nossos corações. Comigo não, o que fazem conosco; comigo não. É preciso que nós, mulheres, saibamos falar "comigo, não". Vocês também ouviram aqui em uma música: "Eu vim para fazer chulé, chulé, chulé, chulé". É para isso que nós, mulheres, viemos ao mundo: para fazermos, sim, chulé, chulé, chulé, chulé, em todos os lugares em que estivermos.

Para isso, precisamos nos unir, valorizar a mulher e, acima de tudo, fazer com que o mundo entenda, como nos disse hoje o Dr. Eduardo, pela manhã - uma manhã maravilhosa no Teatro da Assembléia -, que é, Deputado Carlos Pimenta, feminino. Somos, queridas mulheres, queridas amigas, a maioria no mundo. Como comentávamos - eu, Gláucia e Rosângela -, somos 51% e somos mães do restante, então somos a maioria. Somos mães de todo mundo, todas as pessoas nasceram de uma mulher. Somos certamente a grande maioria. Será que entendemos isso?

Será que já paramos para pensar a nossa função no mundo de hoje? Quero me dirigir a todas as que estão aqui e a todas as mulheres da nossa querida Assembléia Legislativa. Vocês não imaginam o que há de mulheres trabalhando pelos corredores desta Assembléia, mulheres que realmente cumprem o seu papel. Nossas queridas servidoras, mulheres da comunicação, mulheres que trabalham nos gabinetes, todas as mulheres que lutam e que trabalham para dar dignidade ao trabalho legislativo, porque todos que estamos aqui - somos 77 Deputados - não concordamos em dizer que político não presta. Estamos provando, com o nosso trabalho, a nossa ética e a nossa dignidade, que fazer política é ser servidor de Deus para a transformação do mundo em que vivemos. É desse jeito que todos desta Casa trabalhamos, permitam-me os homens, em especial as mulheres.

Quero, com muito carinho, homenagear duas mulheres da minha região. Falo de boca cheia: sou de Cataguases, da Zona da Mata mineira, e a primeira mulher eleita na região. Imaginem que absurdo! Quantas mulheres me antecederam, quantas estão aqui hoje, e sou a primeira. Sabem por quê? Porque tive coragem, uma coragem que não imaginam. Sou uma Deputada, Dan - o Dan veio me incentivar, e tenho de olhar para ele -, eleita sem ajuda de ninguém, porque fui Prefeita de Cataguases, com muito orgulho - também a primeira mulher Prefeita de Cataguases. Depois o compromisso me chamou, Deus me orientou, e estou aqui como Deputada. Fiz uma campanha de pé no chão, andando de casa em casa, não só na minha querida Cataguases, onde todas as portas se abrem até quando passamos, pelo trabalho consciente que realizei. Fiz isso em outros Municípios, onde as pessoas não me conheciam, e eu tinha a coragem de dizer: sou candidata a Deputada Estadual e preciso do seu voto para me tornar a representante da Zona da Mata, para eu ser a ligação entre os Municípios da Zona da Mata e o melhor Governador que este país já teve, que, se Deus quiser, será Presidente - nosso Aécio Neves. A resposta veio no voto, e hoje estou aqui, falando para vocês, primeiro como mulher, depois como Deputada, representando as mulheres.

Com muito carinho, quero homenagear duas mulheres da minha região que muito têm feito em prol da mulher, em duas áreas essenciais. Uma, da minha querida Cataguases, é responsável pelo atendimento e acolhimento de centenas de mulheres na área da saúde, Dra. Maria Ângela Girardi, médica ginecologista, ultra-sonografista e sexóloga, formada pela Universidade Federal de Juiz de Fora e Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Cataguases.

Dra. Maria Ângela, levante-se, por favor! Com trabalho de extrema capacidade, prepara pais e educadores na abordagem da sexualidade da adolescência. E foi uma das responsáveis pela implementação da educação afetivo-sexual em várias escolas de ensino da nossa cidade.

A minha outra homenageada atua na Justiça. Imaginem as dificuldades para uma mulher desenvolver um trabalho no campo da Justiça, em razão dos preconceitos. Ela tem realizado um trabalho exemplar em Leopoldina, cidade vizinha, que se encontra a apenas 20km de Cataguases. Não sabemos onde é a porta da cozinha e a da sala. Ela é de Palma, outra encantadora cidade, perto da nossa região. Levante-se, por favor, Dra. Roberta Lima de Paula! Ela é Defensora Pública da Comarca de Leopoldina, pós-graduada em Direito Público pela Faculdade Cândido Mendes, do Rio de Janeiro, e em Direito Civil e Direito Processual Civil. Hoje a Dra. Roberta Lima de Paula exerce também a tarefa de ensinar e é professora do curso de Direito das Faculdades Integradas Doctum, de Leopoldina. Duas mulheres, dois exemplos de vida e dois exemplos de que o mundo é cada vez mais feminino. Volto a dizer que é preciso que nós, mulheres, conscientizemo-nos disso.

Algo me preocupa demais, Deputadas, Sr. Presidente e público presente. No ano passado, discutimos a violência contra a mulher. Neste ano, quando nos assentamos para prepararmos o dia de hoje, verificamos novamente que ainda existe violência contra a mulher. Será que a discussão do ano passado não valeu nada? Será que todos não saíram daqui imbuídos de uma transformação com participação, para que essa violência realmente diminuísse? Criam-se situações, situações e situações para resolver a questão da violência contra a mulher. Cada um resposta de acordo com a sua consciência. A violência contra a mulher tem diminuído? Tem acabado? O que tenho escutado não é isso, mas, sim, uma luta para diminuí-la. Todavia os fatos continuam acontecendo. Sabem por quê? Talvez por negligência nossa. Nós, que temos a chance de participar desta discussão, não estamos aqui apenas para homenagens. Todas vocês, mulheres, vieram não somente para receber prêmios, mas também para fazer a transformação de que precisam os seus Municípios e porque são conscientes de que precisam integrar-se ao trabalho deles.

Hoje, de manhã, foi dito algo sensacional: "Os homens não estão preparados para o nosso `não`". Ainda acrescento: não estão preparados para o nosso "sim". Quando dizemos "não", dizemos "não" na cama - algo que antigamente não se podia dizer. Temos os nossos direitos sexuais. Além disso, temos o direito de dizer "sim" quando optamos por desempenhar uma função que queremos, mas que desejam nos impedir de realizar. Dizemos: Sim, farei porque quero. É preciso, minhas amigas, que, nós, mulheres, sejamos realmente determinadas e saíamos daqui hoje com essa vontade. Queridas mulheres homenageadas, vocês foram destacadas em seus Municípios por nós, Deputadas, pelo trabalho que realizam. Vieram, sim, para receber uma homenagem, mas saiam daqui com o compromisso de transformar os ambientes onde estão. Repito o que disse no ano passado: mulher precisa continuar sendo linda. Não existe mulher feia, pois hoje há vários recursos. Obviamente uns são caros, mas há um simples e um dos melhores: a caminhada, com a qual não se gasta dinheiro algum.

Então, é preciso que mantenhamos a beleza da mulher para transformarmos os ambientes, com a beleza, sim, mas, acima de tudo, com a capacidade que nos é inerente. Somos razão, raciocínio, inteligência, como o homem, mas temos um quê de sensibilidade, de meiguice, de candura, de capacidade de mudança do ambiente onde estivermos, que é só nosso. Os homens não sabem fazer isso. Eles sabem que precisam de nós. Então, vamos junto com eles, pois nos querem.

Os nossos companheiros Deputados são excelentes; excelentes para nos incentivar, não é, Deputados? Quando chegamos aqui, eles nos acham bonitas, todos os dias, acham bonitas as nossas roupas, acompanham-nos, perguntam se cortamos o cabelo. Eles tomam conta da gente, não é, Cecília Ferramenta? Tomam conta, mas também nos levam ao trabalho, nos convidam para fazer visitas. Não entendo nada de obras, mas visito obras, estradas. Eles nos levam por quê? Porque somos o complemento para, às vezes, no momento certo, ajudá-los numa decisão.

Neste dia, o nosso agradecimento - como disse a Deputada que me antecedeu - pela presença dos Deputados aqui. Vocês não os estão vendo, mas eles estão passando constantemente lá atrás, olhando-nos, estiveram aqui para nos receber.

Antes de encerrar, gostaria de dizer que quando fomos preparar este encontro de vocês, pensamos que poderia haver jovens no lugar de vocês. Abrirei o meu coração para vocês. Nossa a opinião foi a de que aqui estivessem jovens do ensino médio, porque precisamos iniciar a transformação por aí. Sou educadora, estive em uma sala de aula a vida inteira, como Diretora de escola, Secretária de Educação, pedagoga, uma porção de coisas. Então, é preciso que a transformação comece por aí.

Cecília, fiquei muito feliz, mas muito feliz, porque você trouxe a Izabella representando toda a juventude. Gostaria de que, no próximo ano, fizessemos um trabalho com a juventude, mas que vocês viessem nos ajudar, pois temos de começar uma transformação. Não damos mais conta de esperar. Pergunto a cada um de vocês: quantos anos teremos a mais de vida, 10, 20, 1, meia hora? Vocês viram a exposição lá fora? Se não viram, vão lá ver, de peito aberto. São mulheres que passaram por problemas seriíssimos na vida, problemas de câncer e que deram a volta por cima. Deus ainda precisa delas aqui na terra. Quanto tempo teremos de vida? É preciso que arregacemos as mangas, que acreditemos na mulher, que votemos na mulher. Os homens não se importam com isso, pois têm o lugar deles; mas que façamos isso, e, assim, teremos Prefeitas - há eleições este ano -, Vereadoras, Deputadas, Senadoras, e, quem sabe, Governadoras, Presidentas da República? Quem sabe isso está chegando por aí? Talvez não vejamos isso acontecer, mas vamos trabalhar juntas? Vamos arregaçar as mangas e fazer isso? Assim, tenho certeza absoluta, faremos a transformação de que o mundo precisa. Que cada uma de nós possa dizer, como sempre digo: se precisar voltar, se Deus me permitir ter uma outra vida, quero voltar mulher. Isso, quantas vezes Deus me permitir.

Querida que nenhum de nós jamais dissesse: "Se eu voltar, não quero ser mulher". Voltar para ser mulher, sim, para a transformação de que

o mundo precisa. Vamos construir juntas cidades e Estados melhores e, em especial, o nosso Estado de Minas Gerais, pois, com certeza, o Brasil que vivemos ainda não é o Brasil de que precisamos. Talvez falte você, você, você lá atrás para isso. Quem sabe faltem vocês para unir as mãos de quem ocupa um cargo e fazer a transformação? Parabéns, mulheres, pelo Dia Internacional das Mulheres. Orgulho-me de ser mulher por causa de vocês. Um beijo.

Palavras da Deputada Rosângela Reis

Neste momento, saúdo todas as componentes da Mesa, Deputadas, companheiras; o Presidente desta reunião, Deputado Carlos Pimenta; Dra. Stella, representante da Ministra; todas as mulheres aqui presentes; os homens; os Deputados; e todas as mulheres mineiras que nos acompanham pela TV Assembléia.

Este momento é muito especial, portanto, Deputada Maria Lúcia, o entusiasmo também toma conta de mim. Por isso, Secretária Elbe, não dá para falar em apenas 3 minutos, mas vou tentar expressar-me em poucas palavras.

O que me traz a esta tribuna para falar de mulher, o que ecoa no meu coração - e tenho certeza de que ecoa também no coração de muitas mulheres mineiras - é esse grito de liberdade. Liberdade esta que foi construída com o suor de várias mulheres ao longo dos anos. Cada mulher aqui presente tem uma história de vida. Tenho certeza de que cada uma é exemplo para Minas Gerais. E queremos que, nos diversos Municípios, esse exemplo e essa verdadeira aula de cidadania que acontecem nesta Casa se multipliquem.

Em primeiro lugar, agradeço ao nosso Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, o carinho especial com todas as mulheres. Hoje recebi um cartão dele, que lerei: "O Dia Internacional da Mulher caminha, a cada ano, para dias de grandes certezas, a igualdade de gêneros. É especialmente gratificante presenciar o novo perfil da mulher contemporânea e a merecida conquista de sua competência, talento e sabedoria. A sua atuante presença no Poder Legislativo denota o quanto Minas necessita de maior participação feminina na política mineira. Parabéns. Com fraternal abraço, Deputado Alberto Pinto Coelho."

Em nome das Deputadas da bancada feminina, quero agradecer este carinhoso cartão do Presidente desta Casa. Quero destacar o trabalho das Comissões temáticas desta Casa - Saúde, Direitos Humanos, Cultura, Trabalho e Ação Social, Educação, Fiscalização, Justiça, Ação Social -, que têm realizado importante papel junto aos Deputados e a toda a Casa Legislativa. Ressalto que tenho a honra de estar na Presidência de uma dessas comissões.

Quero também agradecer o apoio do Poder Judiciário. Estivemos reunidas com o Desembargador Orlando Adão Carvalho, e o Poder Judiciário tem mostrado ser grande parceiro. Como já foi dito, ele enviou projeto a esta Casa, que está em tramitação. Estamos lutando pela implantação da Vara de Justiça Especial para tratar de assuntos de mulheres. Esse é o primeiro passo para que a Lei Maria da Penha saia do papel. Esse é o nosso sonho e a nossa luta nesta Casa.

Deixo aqui o registro de que é uma luta da nossa bancada, suprapartidária.

Quero parabenizar o Ministério Público, na pessoa do Procurador-Geral de Justiça Jarbas Soares Júnior, pelo apoio e pela atuação; e a Promotora de Justiça Dra. Laís Maria Costa Silveira, que se encontra presente, pelo trabalho que tem desenvolvido na Promotoria de Justiça Especializada no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Temos visto, Dra. Laís, que, pela sua competência, o trabalho que V. Exa. tem realizado à frente dessa Promotoria já tem dado frutos. Sabemos das dificuldades e dos empecilhos que existem, mas, com certeza, rompendo essas barreiras, estaremos avançando e procurando defender as mulheres vítimas de violência com mais dignidade.

Quero também comentar sobre o convite do Ministério Público, da Promotoria de Justiça Especializada no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que promoverá nos dias 6 e 7 de março o "Seminário Internacional Violência Doméstica". As atividades serão realizadas das 9 às 18 horas, na Associação Mineira do Ministério Público, na Rua dos Timbiras, 2998, no Bairro Barro Preto.

Gostaria de ressaltar também o trabalho imprescindível da Defensoria Pública, através do Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública de Minas Gerais, sob a direção do Dr. Leopoldo Portela e de todos os Defensores Públicos do Estado. Quero ainda destacar o trabalho das Delegadas titulares das Delegacias de Mulheres e o trabalho da Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres, cuja coordenadora é a Dra. Virgília Rosa, a quem parabeno pelo trabalho.

Gostaria ainda de apresentar o livro da Defensora Pública Dra. Umbelina Lopes, que escreveu "Mulheres em Pedacos", histórias reais de violência doméstica. Trata-se de um livro brilhante, o qual peguei das mãos da autora e pedi a ela para apresentá-lo a vocês. Aliás, doutora, depois poderíamos ouvir suas experiências nesse trabalho, sobre a violência da mulher.

Estamos aqui fazendo a política, buscando ocupar os espaços na política para intervir na realidade em que vivemos. E o tempo é pouco, como disse a Deputada Maria Lúcia Mendonça, o nosso tempo urge, precisamos agir aqui e agora.

Hoje estamos homenageando duas mulheres importantíssimas do nosso Vale do Aço, do Município de Ipatinga. São mulheres simples, mas que prestam um brilhante trabalho ao nosso Município. Trata-se de um trabalho de amor, de fé, de dedicação e de coragem, pois, para levar um mendigo, uma prostituta para casa, dar banho, alimentação e com eles viver sob o mesmo teto, tem de ser uma mulher de fibra, de muita coragem. Peço à Sra. Argentina, que é voluntária do Projeto Videiras, que se levante.

Ela não mede esforços para fazer o trabalho nas praças públicas, nas ruas, buscando as pessoas que realmente estão à margem da sociedade, sem nenhuma alternativa. Elas encontram essa alternativa por meio das mãos da D. Argentina. Parabéns! Rendo-lhe minhas homenagens, D. Argentina, por ser essa mulher de coragem, de fibra. Que você continue assim, pois a nossa cidade está da forma como se encontra por causa de pessoas como você e outras mais. A vocês meu muito obrigada.

Pediria também que se levantasse a Josefina, Presidente do Grupo Se Toque, um grupo de mulheres do Município de Ipatinga. Lá elas desenvolvem um trabalho de acolhimento e tratamento das pessoas vítimas de câncer, em especial, de câncer de mama. São pessoas maravilhosas. Josefina é uma mulher de garra, de coragem, que tem feito um trabalho brilhante, interferindo na sociedade local. Meus parabéns, Josefina. Agradeço a todos. Sonhamos e lutamos para que esta sociedade seja mais justa, digna e fraterna. Parabéns a todos vocês.

Palavras da Sra. Virgília Rosa

Boa-tarde a todas. Os homens sintam-se cumprimentados dessa forma neste dia de comemoração das mulheres. Pediria licença ao Deputado Carlos Pimenta, que preside os trabalhos, e às minhas amigas Deputadas que compõem a bancada feminina e vêm apresentando um brilhante e diferenciado trabalho junto ao Legislativo, para quebrar um pouco do protocolo, pois gostaria de cumprimentar todas as mulheres presentes na pessoa de quatro mulheres que fazem parte da rede de enfrentamento à violência contra a mulher no Estado de Minas Gerais: a Dra. Laís,

nossa brava e corajosa Promotora de Justiça; a Dra. Umbelina, nossa Defensora Pública, que vem fazendo a defensoria de Minas Gerais com um brilhante e destacado trabalho no País; a Dra. Olívia, Delegada da Mulher, também corajosa, persistente e cheia de esperança; e a Márcia, do Comdim, nossa feminista tradicional, de renome nacional e internacional na defesa dos direitos das mulheres - ela é minha companheira e dirige hoje a Coordenadoria da Mulher do Município de Belo Horizonte.

Gostaria de iniciar meu pronunciamento referindo-me a uma pequena correção feita pela Dra. Stella Taquette, que aqui representa a nossa admirável Ministra Nilcéa Freire, ao nosso Presidente Alberto Pinto Coelho. Na condição de representantes da Coordenadoria do Estado da Mulher, foi com muita honra que, na semana passada, fomos comunicadas da inclusão de Minas Gerais, como não poderia deixar de ser, entre os 11 Estados prioritários que assinarão o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra a Mulher.

Como meu tempo é breve, gostaria de ler um parágrafo apenas do comunicado da Presidência da República, por meio da Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, dirigido a S. Exa. o Governador Aécio Neves da Cunha. "Sr. Governador, é com grande satisfação que a Secretaria Especial de Política para as Mulheres comunica que o Estado de Minas Gerais foi incorporado ao rol de Estados prioritários a serem beneficiados pelo Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, que prevê a aplicação de recursos da ordem de R\$1.000.000.000,00 em todo o País nos próximos quatro anos."

Então fica aqui o reconhecimento, de alguma forma, como representante das mulheres, pela sensibilidade do Governador Aécio Neves. Por muitos anos, pleiteou-se a criação no Poder Executivo de um órgão voltado para a implementação de políticas públicas para mulheres. Por enquanto, ainda precisamos de ter alguém que pense efetivamente nas mulheres. Assim o Governador acatou esse pedido e criou, há um ano, essa Coordenadoria.

Rapidamente, gostaria de dizer que essa Coordenadoria optou, neste ano, por não fazer uma programação específica para a comemoração do Dia Internacional das Mulheres. Trouxemos para Belo Horizonte essa exposição. Espero que todos já a tenham visto. Quem não a viu deve vê-la, pois é uma exposição muito emocionante - "De peito aberto" - e trata da auto-estima das mulheres com câncer de mama. Além de trazer essa exposição, temos a honra de dizer que podemos comemorar com ações que foram objeto de compromisso há um ano e agora estão acontecendo. Estamos falando de promessas cumpridas. Entendemos que esse é o maior presente para as mulheres de Minas Gerais, qual seja, trazer efetivamente mudança e mais qualidade de vida para as mulheres.

Citarei algumas ações que já estão acontecendo e outras que, em breve, também estarão, a fim de mostrar que o compromisso assumido há um ano já está se tornando realidade. A primeira é um projeto que, neste primeiro ano, foi a menina dos olhos da Coordenadoria: o Caminhão da Saúde. Refiro-me àquele caminhão dotado de aparelhos para fazer os exames necessários à mulher, como ultra-sonografia, mamografia, papanicolau, densitometria óssea e exames cardíacos. Esse caminhão já está na estrada, atendendo a diversos Municípios onde há demanda reprimida desses exames. É desejo do governo do Estado a diminuição das filas. Quicá nos próximos três anos não haja mais filas para as mulheres que precisam fazer os seus exames!

Em poucos dias, estará funcionando a nossa comunicação direta com as mulheres de Minas Gerais por meio de um serviço gratuito de telefonia. Será o nosso Fala Mulher, um 0800. O número será divulgado nos próximos dias. Qualquer mulher, em qualquer canto de Minas Gerais, nos 853 Municípios, poderá pegar o orelhão e ligar, gratuitamente, para reclamar, denunciar, pedir orientação sobre seus direitos e fazer qualquer tipo de crítica dos serviços prestados pelo governo do Estado. Crítica sempre é construtiva. O governo pretende não só ser transparente mas também receber críticas, para que efetivamente preste um serviço melhor para as mulheres mineiras.

Nos próximos 90 dias, funcionará, na região metropolitana, um centro de referência da presa grávida. Todas as mulheres prisioneiras no Estado de Minas Gerais que estejam grávidas serão colocadas num presídio especialmente construído para essa situação. Lá, as crianças até 1 ano poderão permanecer com as mães. Essa é uma medida pioneira. Falamos disso em Brasília. Acredito que essa é uma realidade que não acontece em nenhum outro Estado. O Estado de Minas Gerais vem lutando, com grande afinco, para mudar a situação dessas mulheres.

Concluo dizendo que queremos passar de uma democracia que, sob o meu ponto de vista, ainda engatinha para uma democracia plena. Não há que se falar em uma verdadeira democracia. Tenho dito, em diversos Municípios deste Estado, que, em um país constituído por mulheres, infelizmente um número ínfimo delas participa das decisões e dos rumos da Nação. Não há que se falar numa democracia verdadeira enquanto as mulheres não ocuparem efetivamente os espaços que lhes são reservados e exigidos por elas.

A luta dessa rede de enfrentamento, que hoje também contribuiu para que Minas Gerais pudesse fazer esse pacto da Coordenadoria da Mulher em parceria com a Assembléia, por meio da bancada feminina, é apartidária. A nossa luta verdadeira é contra hipocrisia que ainda existe neste país, procurando sempre exaltar a mulher na cozinha, mas não nos espaços que queremos dividir com os homens. A nossa luta é para que essa hipocrisia efetivamente termine; é contra aqueles que camufladamente dizem que temos o nosso espaço e que estamos chegando. Não, não estamos chegando; queremos muito mais! Nascermos para lutar, sim! A coragem, a perseverança, a teimosia, a paciência, misturadas com muita sensibilidade e doçura, talvez sejam as nossas principais características. Com elas, não tenho dúvida, em um curto espaço de tempo, estaremos ocupando os lugares que, efetivamente ocupados, mudarão a cara deste país. Muito obrigada a todos. Boa-tarde.

2º Painel

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa, para o 2º Painel, as Exmas. Sras. Stella Taquette, Diretora de Programa da Subsecretaria de Ações Temáticas da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, representando a Ministra Nilcéa Freire; Desembargadora Selma Maria Marques de Souza, representando o Tribunal de Justiça; Vereadora Sílvia Helena, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Desembargadora Maria Lúcia Cardoso de Magalhães, Vice-Presidente Administrativa do Tribunal Regional do Trabalho - 3ª Região, representando o Presidente, Desembargador Paulo Roberto Sifuentes Costa; Deputada Ana Maria Resende, membro da Comissão de Educação desta Casa; Deputada Cecília Ferramenta, membro da Comissão de Turismo desta Casa; Deputada Elisa Costa, Líder do PT; Deputada Gláucia Brandão, Presidente da Comissão de Cultura desta Casa; Deputada Maria Lúcia Mendonça, Vice-Presidente da Comissão de Educação desta Casa; Deputada Rosângela Reis, Presidente da Comissão do Trabalho desta Casa; Deputada Elbe Brandão, Secretária de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas; o Exmo. Sr. Deputado Dinis Pinheiro, 1º-Secretário desta Casa; e as Exmas. Sras. Virgília Rosa, Coordenadora da Coordenaria Especial de Políticas para as Mulheres; Carmem Rocha Dias, Presidente do Conselho Estadual da Mulher; Olívia de Fátima Braga Melo, Chefe da Divisão de Política da Mulher, do Idoso e do Deficiente de Belo Horizonte; e Laís Maria Costa Silveira, Promotora de Justiça de Defesa de Direitos da Mulher.

Palavras da Sra. Carmem Rocha Dias

Boa-tarde a todos e a todas. Sinto-me privilegiada por falar depois de tantas pessoas brilhantes que me antecederam. Eu até poderia chegar aqui e dizer que "faço minhas as palavras de todas as pessoas que me antecederam", e ficaria nos 3 minutos, sem nenhum problema.

Quero cumprimentar os componentes da Mesa, assim como saudar a equipe desta Casa e agradece-lhes, pois muito trabalharam para que este

evento ocorresse. O Conselho Estadual da Mulher representa todos os movimentos de mulheres do Estado, porque é uma parceria entre governo e sociedade civil. Assim, todos os movimentos estão representados por esse Conselho.

Deixo um abraço do Conselho a todas as mulheres e a todos os homens, aproveitando a oportunidade para dizer que este ano é particularmente muito importante para o Conselho e para os movimentos de mulheres de Minas Gerais, pois essa entidade comemora 25 anos de existência. São 25 anos de luta e de trabalho em favor da igualdade de oportunidades e de direitos para todas as pessoas. É um ano de comemoração.

Gostaria de terminar minha fala conclamando todos a participarem dos eventos comemorativos desses 25 anos de existência do Conselho Estadual da Mulher. Os eventos darão não só visibilidade a todos os feitos e conquistas daquelas pessoas, daquelas mulheres valorosas que nos antecederam, mas também serão momentos de reflexão sobre os desafios contemporâneos do momento histórico que estamos vivendo, já que a luta continua.

Parabéns a todos e a todas. Um abraço muito especial às minhas colegas de Conselho que aqui estão presentes. Conto com todos vocês na comemoração dos 25 anos de existência do Conselho Estadual da Mulher. Um grande abraço. Muito obrigada.

Palavras da Sra. Stella Taquette

Boa-tarde a todos, novamente. Procurarei ser breve porque acredito que todos já devem estar um pouco cansados de nos ouvirem. Quero deixar aqui uma idéia sobre o que vem a ser o pacto de enfrentamento à violência.

Primeiro, quero fazer com vocês uma reflexão sobre o porquê de precisarmos de um pacto de enfrentamento da violência contra a mulher. É triste o fato de precisarmos dispor de um pacto para essa finalidade. O ideal seria não existir violência contra a mulher. Infelizmente, apesar de a violência contra a mulher prevalecer na sociedade brasileira, ainda é muito pouco percebida, é subnotificada. As pessoas não têm noção da ordem de grandeza que é a violência contra a mulher em nosso país. É uma violência que existe simplesmente por sermos mulheres.

Na Secretaria, utilizamos o conceito: "Violência constitui uma violação dos direitos humanos e um fenômeno de caráter multidimensional que requer a implementação de políticas públicas amplas e articuladas nas mais diferentes esferas da vida social: educação, trabalho, saúde, segurança pública, assistência social, entre outras".

Nosso pacto tenta dar conta da intersetorialidade da violência. Ou seja, a violência não pode ser combatida com ações isoladas de um ou outro Ministério. Para coibi-la, é necessário haver uma união de esforços de vários Ministérios. Consideramos várias dimensões da violência, entre elas a física, a doméstica, a moral, a sexual, a patrimonial, a psicológica, a institucional, o assédio sexual e o tráfico de mulheres. Ou seja, adotamos um conceito amplo de violência.

Um dos problemas da violência contra a mulher é que muitas vezes ela é invisível, isto é, acontece no ambiente doméstico e ninguém fica sabendo. Há poucos dias - não sei se vocês tomaram conhecimento -, foi noticiado que uma adolescente, hoje uma jovem, ficou durante seis anos em cárcere privado, na companhia de um homem muito mais velho, se não me engano na cidade de Goiânia. Como alguém permanece seis anos em cárcere privado sem que ninguém perceba e tome uma atitude? Isso demonstra a invisibilidade da violência doméstica.

Outra característica da violência doméstica é a ambigüidade, a ambivalência de sentimentos. Em geral, a pessoa é agredida pelo companheiro ou alguém de quem gosta, mas imagina que isso seja passageiro e que a situação vá melhorar. Ademais, há também, como característica da violência doméstica, o fato de ela ser cíclica. Em geral, as mulheres passam por uma fase de tensão com seus companheiros e, assim, procuram não fazer nada que os irrite para não serem agredidas. Entretanto, isso não adianta, elas são agredidas ferozmente, e, depois dessa fase de agressão, vem uma terceira fase, que denominamos de fase de lua-de-mel, em que o parceiro se arrepende, diz que nunca mais vai agir de tal forma, até se iniciar um novo ciclo.

Para se ter uma idéia da ordem de grandeza da violência no Brasil, uma pesquisa nacional feita pela Fundação Perseu Abramo dá conta de que 43% das mulheres brasileiras, em algum momento de sua vida, foram agredidas por seus parceiros. A cada 7 segundos, uma mulher recebe um tapa ou um empurrão; a cada 8 segundos, uma queimadura dentro de casa; a cada 12 segundos, uma ameaça de espancamento; a cada 15 segundos, uma mulher é trancada, impedida de sair de casa; a cada 15 segundos, uma mulher é espancada; a cada 20 segundos, uma mulher recebe ameaças à integridade física com arma de fogo. Esses números não são pequenos.

Conforme computou a nossa Central de Atendimento à Mulher 180, no mês de julho de 2007, 94% dos registros de denúncia eram relacionados com a violência doméstica familiar; 73% eram relativos à violência praticada pelo cônjuge; 80% das vítimas relataram ter filhos; e 59% dos registros apontavam uma frequência diária de várias situações de violência. Esses dados chamam-nos a atenção, porque quando uma mulher chega a se queixar é porque já não agüenta.

De modo geral, essa violência é sofrida diariamente. Cerca de 70% das mulheres que registraram relato de violência na Central alegavam estar correndo risco de espancamento ou de morte. Não é incomum recebermos telefonemas de mulheres que estão sendo ameaçadas, as quais conseguimos, acionando as delegacias locais, resgatar e até impedir que fossem mortas.

Relembrando a questão da fase 5 da violência, temos uma primeira fase de tensão; em seguida, uma de descontrole; e uma terceira de lua-de-mel, como vocês podem ver pelas ilustrações na tela. Nós nos perguntamos por que as mulheres agüentam tanto tempo uma relação violenta. Há até um ditado popular que diz que "mulher gosta de apanhar". Mas isso é uma mentira muito grande. Na realidade, quando começam a receber agressão de seus parceiros, as mulheres tentam resolver o problema dentro de casa. Como o parceiro sempre coloca que aquilo não acontecerá novamente, e na esperança de que realmente não aconteça, ela tem vergonha de contar para a sua família que está sendo agredida. Com isso, vai-se isolando, por vergonha de demonstrar que está sofrendo, e, no momento em que não agüenta mais e resolve romper o relacionamento, é quando mais comumente seus parceiros as ameaçam de morte.

Os homens que matam suas parceiras geralmente o fazem quando elas saem de casa ou ameaçam sair. E às vezes até algum tempo depois que já saíram. Não sei se vocês se lembram de um jornalista, da "Folha de S. Paulo", que assassinou sua ex-companheira seis meses após a separação. Então mulher gostar de apanhar é um mito que precisa ser combatido.

Outro mito em relação à violência doméstica é aquele de que "roupa suja se lava em casa". Na realidade, a violência contra a mulher tem repercussões muito mais amplas do que só o ambiente doméstico. Isso afeta os filhos e também a sua vida no trabalho. E outro mito ainda é que a violência só acontece em famílias pobres de baixa renda. Isso não é verdade. Temos inúmeros exemplos na imprensa. Dizem também que os agressores não sabem controlar as suas emoções. Se fosse assim, esses homens também bateriam nos amigos ou no patrão quando estivessem nervosos, e não somente em suas mulheres dentro de casa.

Para acabar com a violência, não basta apenas punir os agressores. Temos também de recuperá-los. Essa situação está prevista na Lei Maria

da Penha, por meio dos centros de reabilitação dos agressores. Senão, esse homem passará a agredir também suas futuras parceiras, e não só aquela que o abandonou. O enfrentamento da violência é um dos principais eixos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, desde o primeiro plano. O Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência é uma ação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência, e faz parte da Agenda Social do governo Lula, que é uma das quatro prioridades desse novo governo. Uma delas é o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC -; outra é o Programa Nacional de Segurança e Cidadania - Pronasc -; outra é o Plano de Desenvolvimento Educacional; e a outra é a Agenda Social.

Dentro da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, várias ações foram implementadas nestes anos. Destaco as normas técnicas para o funcionamento das delegacias de atendimento à mulher; o Centro de Referência, a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 -, que funciona 24 horas por dia em todo o território nacional - gostaríamos que divulgassem esse serviço, pois temos tentado divulgá-lo, mas ele ainda é desconhecido por muitas pessoas; a Ouvidoria; a regulamentação, pelo Ministério da Saúde, da Notificação Compulsória da Violência contra a Mulher; a promulgação da Lei Maria da Penha, que foi uma grande vitória do movimento de mulheres, das lideranças feministas, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que veio coibir a violência doméstica - é mais um mecanismo poderoso para reduzir a violência; a criação de centros de referência, de juizados especiais e de defensorias especializadas. Outras ações: a criação do Observatório da Lei Maria da Penha, que vai avaliar a efetiva implementação da lei em nosso país; a implementação do programa Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência; a criação do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; a criação do Plano Integrado de Enfrentamento à Feminização da Aids, em parceria com o Ministério da Saúde, que está sendo implementado pouco a pouco nas macrorregiões do País, e cujo lançamento ocorreu em 7 de março do ano passado. A primeira região onde o plano foi discutido é a Sudeste, e a primeira oficina aconteceu aqui, em Belo Horizonte.

Para quem não sabe, esse é um problema sério que estamos vivenciando, tendo em vista que a epidemia da Aids, no início, acometia uma proporção de 26 homens para cada mulher e, agora, a realidade é de 1,4 homem para cada mulher. Na faixa etária mais jovem, ou seja, na adolescência, essa razão se inverteu, porque há mais meninas que meninos acometidos pela doença. A epidemia do HIV-Aids está diretamente relacionada com a violência contra a mulher, que é a principal vítima de violência sexual e doméstica, não conseguindo, na maioria das vezes, especialmente as mais jovens, negociar com seus parceiros o uso de preservativo. Certamente isso explica esse fenômeno de feminização da epidemia.

Há ainda o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, lançado pelo Presidente Lula na abertura da II Conferência de Políticas para as Mulheres, ocorrida em Brasília, em agosto do ano passado. O pacto é uma união de esforços de vários setores do governo federal e tem o objetivo de enfrentar a violência contra a mulher. Um único ministério não é capaz de fazer isso, dada a complexidade do fenômeno da violência.

Como marcos normativos nacionais, temos a Constituição Federal, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e a Lei Maria da Penha e, como marcos internacionais dos quais o Brasil é signatário, a Convenção Interamericana para Prevenir, Unir, Erradicar a Violência contra a Mulher; a Convenção de Belém do Pará, da OEA; e a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, que é a Convenção Cedaw, da ONU.

O Pacto pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher tem quatro áreas principais estruturantes: a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres e a implementação da Lei Maria da Penha; a promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão; a proteção dos direitos sexuais e reprodutivos; o enfrentamento da feminização da Aids; o combate à exploração sexual, o comércio de crianças e adolescentes e ao tráfico de mulheres.

Na primeira área, consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência e implementação da Lei Maria da Penha, pretendemos fortalecer a rede de atendimento; capacitar os profissionais; aperfeiçoar a central de atendimento 180, à medida que receba mais ligações, ampliando os troncos telefônicos e a capacidade de atendimento; implementar ações e campanhas educativas de prevenção; utilizar o Observatório da Lei Maria da Penha, para monitorar a implementação da lei, e o sistema nacional de dados estatísticos, que está sendo criado para termos uma noção mais correta a respeito dos índices de violência em nosso país. No eixo da saúde, acho que assim podemos falar, está a proteção dos direitos sexuais e reprodutivos e o enfrentamento da feminização da aids, em que estão incluídas a oferta de métodos anticoncepcionais reversíveis, especialmente a pílula de anticoncepção de emergência, a implementação da notificação compulsória de violência nos serviços de saúde, a garantia do abortamento legal e o Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e Outras DSTs. Em relação ao combate à exploração sexual de meninas e adolescentes e do tráfico de mulheres, existe a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico e a construção de metodologias de atendimento a mulheres vítimas de tráfico. Além disso, existem projetos inovadores de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos. Também está prevista a capacitação de todos os Conselhos Tutelares do País nas questões de violência de gênero e de exploração sexual de meninas. Para a implementação desse pacto, contamos com vários parceiros, dentro e fora do governo. Dentro do governo, estão os Ministérios da Cultura, da Educação, da Justiça, da Saúde, das Cidades, do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social, do Planejamento, do Trabalho e Emprego, do Turismo; as Secretarias Especiais de Direitos Humanos e de Política de Promoção da Igualdade Racial; além da Casa Civil, da Petrobras, do Conselho Nacional de Direitos da Mulher, do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos governos estaduais e municipais, do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher - Unifem -, do Fundo de População das Nações Unidas - Unfa -, do Departamento para o Desenvolvimento Internacional - Defid - e outros. A nossa metodologia de trabalho em relação ao pacto está em construção. Escolhemos alguns Estados para iniciar a implementação desse pacto, que não é um processo simples nem fácil, na medida em que exige negociação política nos níveis federal, estadual e municipal. A Secretaria Especial de Políticas para Mulheres trabalha de forma diferente dos outros ministérios. Isso porque, na realidade, não temos um orçamento para gastar com políticas para mulheres. Então o nosso dever é fazer com que os outros ministérios gastem com as mulheres, isto é, fazer com que as suas políticas incluam o recorte de gênero, pensem nas especificidades das mulheres. O nosso trabalho é fundamentalmente intersetorial, e esse pacto exemplifica isso. Dessa forma estamos fazendo com que esses ministérios usem parte de seus orçamentos nas ações de enfrentamento da violência contra a mulher. Estamos iniciando um contato nos Estados prioritários e solicitando a esses Estados que façam um planejamento estratégico, o que significa fazer um levantamento do que já existe em termos de serviço e problemas, para, em seguida, fazermos um planejamento do que pode e deve ser feito. A partir daí, vamos fazer um projeto que estamos chamando de Guarda-Chuva, o qual vai abranger todos os projetos de que o Estado necessita na área de enfrentamento à violência. A partir daí, a Secretaria Especial de Políticas Públicas vai financiar exatamente aquilo que diz respeito às suas atribuições diretas e negociar com os outros ministérios para que liberem recursos para fazer todo o resto. Aliás, para isso, existe uma câmara técnica do governo federal, de monitoramento desse pacto. Então é justamente por meio das negociações que fazemos com que os ministérios liberem recursos, por exemplo, para a construção de uma delegacia.

Há muitas ações da Lei Maria da Penha associadas ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasc. Esse é um processo árduo, que exige muita negociação nos governos federal e estadual, na medida em que as pessoas terão que conversar em prol de um objetivo comum. Não vamos mais apoiar projetos pontuais, como acontecia antes. As pessoas enviavam seus projetos à Secretaria, avaliávamos o mérito, e, sendo um projeto de mérito e havendo o recurso, era apoiado. Muitas vezes, a própria Coordenadoria Estadual de Políticas para as Mulheres não ficava sabendo que em determinado Município havia um centro de referência, financiado por nós, do governo federal. E as ações eram muito pulverizadas, sem uma lógica de implementação que favorecesse o Estado como um todo. Com essa negociação, pretendemos fazer com que esse cenário mude, as ações tenham mais capilaridade e o Estado, como um todo, seja capaz de dar conta das principais questões em relação ao enfrentamento da violência. Nossa parte é negociar no âmbito do governo federal, para que os outros Ministérios liberem os recursos de acordo com as necessidades do Estado. Para que tenham uma idéia da ordem de grandeza dos recursos, temos, no total, R\$1.000.000.000,00 para serem gastos nesses quatro anos no enfrentamento à violência contra a mulher. Acredito que vamos ter um cenário bem diferente no ano que vem. A Deputada chamou atenção para o fato de termos estado aqui no ano passado discutindo isso, e continuamos discutindo sem perceber nenhuma mudança substancial. Diria que algumas mudanças ocorreram, sim, mas ainda são insuficientes e precisam aumentar em progressão geométrica. Quero deixar uma mensagem da Ministra Nilceia Freire, que diz que é direito de todas as

mulheres ter uma vida livre de violência. E, mais do que um reconhecimento, esse é o nosso compromisso na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Obrigada, e faço votos que continuem lutando para enfrentar a violência contra a mulher.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Com a palavra, a Sra. Olívia de Fátima Braga Melo.

Palavras da Sra. Olívia de Fátima Braga Melo

Sr. Presidente; bancada feminina; Sra. Virgília Rosa, nossa grande companheira; demais autoridades; Dra. Silvana Fiorilo, pela qual cumprimento meus colegas de trabalho presentes. Ela tem sido meu braço direito e esquerdo na direção da Delegacia Especializada de Crimes contra a Mulher de Belo Horizonte. Sras. Lílian, Sônia e Marilene; Inspetor Vagner; senhoras e senhores. Agradeço a presença de todos.

Antes de iniciar, registro a presença da Dra. Elaine Matozinhos. Não poderia deixar de falar dela, pois representa muito para nós e toda a rede. Quem está há anos na luta do enfrentamento à violência conhece muito a luta da Dra. Elaine, que foi a fundadora da Delegacia de Mulheres de Belo Horizonte. Palmas para ela. Não satisfeita, lutou ainda pela criação da Divisão de Polícia Especializada da Mulher e do Idoso - à época, também da Criança e do Adolescente -, que hoje também compõe a Delegacia do Deficiente, divisão da qual hoje sou chefe. Sonhou, lutou e conquistou o Departamento de Investigação, Orientação e Proteção à Família, que hoje é uma realidade. É Delegada-Geral de Polícia, ex-Deputada e hoje Vereadora, e continua na luta por todas as causas em favor da mulher. Nossa luta é antiga. A história da luta da mulher por uma sociedade mais justa e igualitária teve início há séculos. Etapas da história ficaram marcadas por tragédias, a exemplo do que aconteceu no dia 8/3/1857, quando 129 tecelãs morreram carbonizadas dentro de uma fábrica de tecidos em Nova Iorque, após tentar reivindicar melhores condições e redução na jornada de trabalho, que era de 12 horas diárias. Em 1993, a Declaração de Viena foi o primeiro instrumento internacional a trazer a expressão "direitos humanos da mulher", preconizando em seu art. 18 que os direitos humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis e constituem parte integrante e indivisível dos direitos universais. A violência contra a mulher é também objeto da Declaração de Viena, que reconhece que ela infringe os direitos humanos da metade da humanidade e se realiza geralmente na esfera privada, muitas vezes doméstica, e afirma que cabe ao Estado e às sociedades em geral lutar por sua eliminação no espaço público, no local de trabalho, nas práticas tradicionais e no âmbito da família. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos apela à assembléia geral para que adote o projeto de declaração sobre a violência contra a mulher e insta os Estados a enfrentar a violência contra a mulher em conformidade com as disposições da declaração. As violações dos direitos humanos da mulher em situação de conflito armado são violações dos princípios fundamentais dos instrumentos internacionais de direitos humanos e do direito humanitário. Todas as violações desse tipo, incluindo particularmente assassinatos, estupro sistemáticos, escravidão sexual e gravidez forçada, exigem uma resposta particularmente eficaz. A Declaração de Viena, a convenção pela eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher da ONU e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher da OEA, conhecida como Convenção de Belém do Pará, asseguram os direitos das mulheres e atribuem deveres aos Estados signatários. Adotada pela Assembléia Geral da OEA de 6/6/94 e ratificada pelo Brasil em 27/11/95, representa um marco contextual e conceitual para a violência de gênero, uma vez que define em seu art. 1º o conceito de violência contra a mulher, que, nos termos desta convenção, significa: "Qualquer ato ou conduta baseada no gênero que cause ou seja passível de causar morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada".

A Constituição Federal brasileira de 1988 já incorporava aos direitos e garantias do seu texto original os estabelecidos em decorrência de acordos e tratados internacionais e, assim, assume o compromisso perante o sistema global de proteção dos direitos humanos e ao sistema regional, respectivamente, de coibir todas as formas de violência contra a mulher e adotar políticas destinadas a prevenir, punir e erradicar a violência de gênero.

A criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher - Deam - no âmbito da política de segurança pública, a partir de 1985, insere-se nesse contexto de efetivação dos direitos das mulheres e cumprimento das obrigações contraídas pelo Estado brasileiro perante os sistemas de proteção desses direitos.

As Deams foram uma experiência pioneira, genuinamente brasileira desde sua criação, e contribuíram para dar visibilidade ao problema da violência contra a mulher, especialmente a ocorrida no âmbito doméstico, no interior das relações conjugais e familiares, para o reconhecimento, pela sociedade, da natureza criminoso da violência baseada em diferenças de gênero, à qual a mulher estava submetida. Porém, as Deams, como único instrumento governamental voltado a coibir a violência doméstica e sexual contra a mulher, mostrou-se insuficiente, havendo a necessidade de outros equipamentos para amparar mulheres após a denúncia ou independentemente dela, com atendimento psicológico, assessoria jurídica, acolhimento em abrigo e outros serviços voltados exclusivamente para mulheres em situação de violência.

Em 2003, por meio da Lei nº 10.683, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com a competência de assessorar, direta e imediatamente, o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres. Em decorrência dos compromissos assumidos não tão-somente perante a comunidade internacional, mas, em especial, perante o conjunto de mulheres brasileiras, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres desenvolveu, em parceria com o movimento feminista, de mulheres e demais movimentos sociais, o Plano Nacional de Políticas para Mulheres, tendo definido seus pressupostos, princípios e diretrizes na 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2004, em que o Estado brasileiro assumiu a responsabilidade de implementar políticas públicas para as mulheres, com o objetivo de construir a igualdade e a equidade de gênero, considerando a diversidade étnica, de gerações, orientação sexual e deficiências, surgindo, somente neste momento, o reconhecimento formal da necessidade da criação de redes de atendimento, articuladas e integradas diante dos governos federal, estaduais e municipais, e como parceira a sociedade para a execução do plano nacional. Rede é uma articulação política, não hierárquica, entre atores iguais e instituições, baseada na cooperação entre organizadores que se conhecem e reconhecem, negociam, trocam recursos e partilham, em medida variável, de normas e interesses.

Um dos projetos da Secretaria Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres - acompanhamento e consolidação da Política Nacional de Combate à Violência contra as Mulheres - implantou um plano-piloto, tendo sido escolhida a cidade de Belo Horizonte para a realização de um estudo de caso executado pela Profª Vania Pazinato, da Universidade de São Paulo, que pautou sua escolha pelo fato de Belo Horizonte já contar com alguns serviços da rede com cerca de 10 anos de funcionamento. Entre eles, cito o Programa Cidadania da Mulher, hoje Coordenadoria Municipal dos Direitos da Mulher, que atua desde dezembro de 1993; o Benvinda - Centro de Apoio à Mulher; a Casa-Abrijo Sempre Viva, de agosto de 1996; e ainda o Conselho Estadual da Mulher, que este ano completa 25 anos de atuação comprometida com a causa da mulher, da qual sou conselheira, o que muito me honra.

Nos últimos anos, a rede teve a grande honra de somar à sua parceria a Promotoria de Defesa da Mulher, a Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres e a Defensoria Pública Especializada da Mulher, esta também pioneira e exemplo para todo o País.

Após várias reuniões, têm-se hoje definidas as atribuições e ações de cada órgão que compõem a rede, bem como seus procedimentos definidos por um fluxograma. Numa carta de compromissos estão previstas várias ações, uma delas a abertura para a inserção de outros parceiros.

Neste momento, convido, em nome da rede, a Polícia Militar, que, querendo ou não, já é uma parceira, mas que gostaríamos que participasse

de nossas reuniões e nossas ações, e os órgãos da área de saúde, que, para nós, é uma parceria muito importante.

Quase 11 anos depois de o Brasil ratificar-se como Estado signatário da Convenção de Belém do Pará, em agosto de 2006, é publicada a Lei nº 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha. Todavia, vários obstáculos para o seu integral cumprimento têm sido detectados - aliás, serão eles relacionados pela Dra. Laís, nossa ilustre Promotora de Justiça.

Reconhecendo a lei como imprescindível e eficaz instrumento no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, a rede tem trabalhado incansavelmente com articulações políticas visando solucionar tais obstáculos.

Ainda é cedo para um diagnóstico real do aumento ou da diminuição da violência contra a mulher. Os números ainda são alarmantes, sendo registradas 6.433 denúncias em 2007 somente nesta Capital, embora a violência contra a mulher seja subnotificada, conforme pesquisa realizada pela USP que revela que apenas 10% das mulheres ofendidas denunciam. Acreditamos que um dos maiores empecilhos é o desconhecimento da lei pela sociedade. Todavia uma coisa é certa: para os agressores que a conhecem, a sensação de impunidade já não existe mais; para as mulheres ofendidas há o encorajamento ao denunciar. Além de se sentirem asseguradas diante do previsto no art. 18, que versa sobre as medidas protetivas de urgência, bem como a punição, que pode chegar à prisão do agressor, mulheres que, de fato, têm os seus direitos violados e são agredidas física, moral e psicologicamente têm ciência de que há um contundente resultado com a aplicação da nova lei, além de se sentirem acolhidas e seguras pelas instituições que compõem a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Em nome da Rede Mineira de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, agradeço à bancada feminina e a esta egrégia Casa Legislativa a honrosa homenagem que mostra o reconhecimento ao nosso trabalho, que é árduo, mas dignificante, pois o nosso objetivo é muito nobre. Muito obrigada.

Palavras da Sra. Laís Maria Costa Silveira

Boa tarde, Deputado Doutor Viana, nosso Presidente da Mesa, e público presente. Gostaria de cumprimentar a bancada feminina na pessoa da Dra. Virgília Rosa, nossa companheira de tantos eventos e de tantas guerras e lutas travadas juntas, até para não declinar nem cansar, pois todas já falaram brilhantemente. Além disso, cumprimentar esta platéia seleta que hoje nos prestigia na Assembléia Legislativa. É com imenso prazer que estou nesta tribuna. Confesso que é a primeira vez que estou no Plenário desta Casa, principalmente já "destreando" na tribuna. Nunca tive vocação política, muito menos para discursar, até em razão da timidez. Todavia me vejo hoje nessa situação de enfrentar uma platéia e um microfone. O que a profissão não faz conosco! Primeiramente, quero dizer que a Rede de Proteção à Mulher me deu a honra de complementar as palavras da Dra. Olívia, de falar o que é a rede e quais as dificuldades que temos enfrentado, e infelizmente essa foi a parte que me restou. Como sempre fui uma pessoa rebelde, também me rebelarei um pouco contra isso - claro que falarei sobre isso -, pois hoje é um dia de festa, estamos em comemoração, temos muito a comemorar. Vamos salientar as dificuldades, pois conhecendo-as é que conseguimos vencê-las. Não temos de negá-las, pois elas existem, e são muitas. Nós, como integrantes da Rede, a conhecemos; enfrentamos dificuldades e vamos expô-las para esta platéia. Também temos muito o que comemorar; a rede está sendo tecida a todo o momento, já possui um bonito tecido, um bordado bonito, formado por todas as entidades que a compõem. No início, o Deputado Alberto Pinto Coelho disse que a Promotoria de Justiça foi recentemente criada. Na verdade, tenho de concordar com isso, mas criada tão recentemente quanto a Lei Maria da Penha. Essa lei foi editada em 7/8/2003 e entrou em vigor em 22/9/2003. No dia 20 de setembro, o Dr. Jarbas Soares Júnior, nosso Procurador-Geral, por sua iniciativa, enviou à Câmara de Procuradores uma resolução, que foi aprovada, transformando um cargo de Promotor de Justiça nessa Promotoria especializada. Então, logo que a lei entrou em vigor, já havia o cargo, bastava apenas o seu provimento, o que ocorreu assim que o assumi, em 11/8/2006. Portanto, há mais de um ano, estou à frente dessa Promotoria. Em termos históricos, é recente, como a lei também é. Estamos no aguardo, na esperança e no anseio da criação do Juizado da Mulher, e essa é uma das nossas grandes dificuldades, talvez uma das maiores, pois é como se fosse uma engrenagem, para que a rede funcione. Cada um que compõe a rede, tanto do Centro de Referência quanto da Defensoria Pública, do Judiciário, dos abrigos, precisa estar bem estruturado. Primeiramente precisamos existir e depois nos estruturar. Hoje, em termos de estrutura, há alguns buracos nesse tecido que está se formando - ainda não existe -, e outros aspectos precisam ser mais bem estruturados. Isso é fruto do nosso trabalho, da nossa luta diária, dos nossos encontros mensais, em que reparamos esses aspectos todas as vezes. Sentimos que os passos estão sendo dados, que os avanços estão acontecendo.

Há dois nós que precisam ser desfeitos com a maior urgência possível. O primeiro deles é a criação do Juizado para podermos atender à mulher que vive em situação de violência e que consegue sair dela, ou seja, consegue dar um passo além, esboçar um pedido de socorro, ao ser atendida num hospital. A porta de entrada da rede pode ser um hospital, uma delegacia de mulheres, delegacias distritais, a Polícia Militar, quando se aciona o 190, ou a própria Promotoria de Justiça, onde recebemos pessoalmente as mulheres. São por essas portas que as mulheres são acolhidas. Para tal, precisamos de um aparato do Estado e das entidades. Precisamos estar mais bem aparelhados para dar suporte a essa mulher, pois só assim ela conseguirá sair da situação de violência. Para se sair dessa situação, ela pode mudar de cidade, ou pode conseguir uma separação efetiva, ou pode até mesmo enfrentar a situação, reparar o seu lar e refazer a vida. Isso dependerá de cada situação e da sua gravidade.

Portanto, para nos ajudar e informar a gravidade do caso - muitas mulheres chegam completamente apavoradas -, precisamos de um centro de referência. Se cada mulher que chegar até mim for considerada em situação de pleno risco - como já disse, há o ciclo de violência, e, se ela chegar no ápice desse ciclo, estará apavorada -, precisarei de socorro urgente. Às vezes, não é bem assim. Trata-se apenas da fase do ciclo em que ela se encontra. Precisamos de um centro de referência, para que ela seja encaminhada até ele.

Aqui em Belo Horizonte, por exemplo, encaminhamos as mulheres ao centro de referência para avaliação - o Centro Risoleta Neves também já está atuando - para dizer se ela realmente deu um grito de liberdade ou se está em situação de risco. Enfim, é uma rede que se entrelaça, e precisamos de "feedback", de uma entidade que nos informe sobre cada caso. Isso tem funcionado de forma extremamente efetiva, a não ser quando esbarramos em outra grande dificuldade: a falta das casas de passagem. Uma mulher que está vivendo numa situação real de violência, ao chegar à delegacia, ao hospital, à Promotoria de Justiça ou ao centro de referência porque resolveu fazer denúncia ao Disque Denúncia ou porque chamou a polícia, poderá ter certeza - e nós também - de que, se voltar para a casa, estará correndo risco de vida. Em hipótese alguma, ela poderá voltar para a casa. Então, para onde encaminhar essa mulher? Não se trata de abrigo, pois esse é outro critério. Ela precisa de uma situação temporária até que um Juiz avalie o pedido de prisão preventiva, até que essa prisão preventiva seja efetiva, aí sim, cumprida a prisão, ela terá tempo de pensar no que fará, aonde irá com os filhos. Essa é uma situação.

O Juiz pode analisar medidas de proteção à vítima, outro mecanismo que a lei nos permite, mas ele tem 48 horas para decidir. E, nessas 48 horas, depois que ela sai de casa, quando o marido agressor - geralmente o companheiro é o agressor - percebe que ela tomou uma atitude, como ela ficará? Com certeza, se voltar para a casa, a agressão será maior, aliás, na maioria das vezes, de fato, é. Esse é o momento mais crítico. Assim, as casas de passagem são o fôlego de que precisamos para o poder público e as entidades poderem agir e deixar essa mulher em segurança.

Então são dois pontos ainda falhos em nossa rede. Temos de lutar bastante e sensibilizar o poder público para que isso aconteça.

Ademais, há ainda um problema seriíssimo, mais de questão jurídica. Como se trata de uma lei nova, e são vários os juristas de plantão - tanto no Judiciário quanto no Ministério público, na Defensoria Pública - que esmiuçarão cada palavra da lei, que discutirão as filigranas jurídicas, tentando destrinchar cada termo jurídico, efetivamente a aplicação da lei tem um obstáculo. Aí as pessoas ficam discutindo que a lei quis dizer isto, mas que, em meu entendimento, é aquilo e, segundo Fulano, o entendimento é outro. Muitas vezes as discussões jurídicas têm travado as nossas atuações.

No exemplo prático, em nossa atuação diuturna, fazemos atendimentos e denúncias, em nosso gabinete, as quais vão parar no Poder Judiciário porque o Juiz é o competente para analisar os casos. Mas ele tem um entendimento completamente diferente do nosso. Mesmo que o Ministério Público faça uma denúncia, ele entende diferente e ainda quer uma entrevista com a vítima. E essa entrevista acontecerá daqui a um, dois ou três meses. Como sabemos que a coisa é cíclica, a entrevista pode acontecer quando a situação já está calma, ou quando a vítima já recebeu flores, está na fase da lua-de-mel, ou ainda quando ela está descrente ou apanhou mais. Ela fica descrente com a Justiça e fala: "Não, não vai ser por aí". Daí, manda arquivar, rejeita a denúncia. Não sei dizer o número certo, mas hoje há um número grande de denúncias rejeitadas - mais de 500. Fazemos a denúncia, o Juiz a rejeita, vem para o Ministério Público, que recorre da decisão, os recursos vão para o Tribunal de Justiça. Essa é a realidade que eu sei, devido à minha prática, atuando no Ministério Público de Belo Horizonte. Estamos ainda com as questões jurídicas sendo amadurecidas, sendo discutidas, o que ainda é um entrave até para a rede. Às vezes, a situação de uma mulher que foi atendida num hospital, num centro de referência, e que tem um diagnóstico de gravidade, chega no Poder Judiciário e ainda não há uma solução jurídica. Para mim, essa é uma situação extremamente grave, para a qual não temos ainda uma solução, até porque não temos um comprometimento daquele juízo, porque ele está ali provisoriamente, ainda não há um juizado. Sempre esbarra nessas questões.

Discordo da oitiva da vítima, especificamente nessa questão, pelo fato de ela já estar vulnerável e ter de ir ao Fórum, mais uma vez, e estar na presença do Juiz. Ela não entende bem por que foi chamada novamente. Então fala que já disse o que queria, que foi ao IML, que se submeteu ao constrangimento de ser analisada e avaliada, de ter de contar todo aquele sofrimento; porém ainda terá de repetir isso. Enfim, tudo isso tem acontecido, é a nossa realidade. E isso também tem sido a causa de a rede não estar ainda fluindo da forma como gostaríamos.

Outro problema muito sério é a conceituação de violência doméstica. Vamos tentar implantar uma semente a respeito dessa conceituação para melhor atingir a comunidade acadêmica de Juizes, Promotores, Defensores, advogados, policiais civis e militares. Temos de entender até que ponto aquela situação é um caso de violência doméstica. Nem toda briga de casal representa uma violência doméstica. Talvez exista alguma forma de diagnosticarmos isso. Ainda não sei como resolver essa questão. O caso pode se tratar apenas de uma briga eventual, e a harmonia imperar novamente; ótimo, a questão estará resolvida; porém a questão pode ser de violência doméstica, em que o poder e o controle prevalecem, um subjulgando a vontade do outro. Se for assim, estaremos realmente diante de um quadro de violência doméstica sob todos os aspectos colocados, e é aí que precisamos lançar mão principalmente dos aplicadores da lei. Aplicamos a lei secamente, como ela nos vem do Poder Legislativo, sem ter conceituações sociológica e psicológica que precisam ser aliadas a esses conceitos jurídicos. Precisamos que as outras ciências venham nos ajudar a conceituar, para que possamos atuar melhor. Até que ponto podemos interferir na vida de um casal? Essa é uma questão que deve ser amadurecida.

Disse que vamos falar de coisas boas, porque, há um ano e meio, quando entrei para a Promotoria e assumi essa função de Promotora no combate à violência doméstica, a Promotoria era a Promotora, não havia absolutamente nada. Corri atrás de estrutura e a consegui, por meio da Procuradoria, que me deu respaldo. No ano passado, conseguimos inaugurar uma casa nova na Rua Ouro Preto, 703, no Barro Preto, e teremos um grande prazer em receber quem quiser nos visitar. Hoje tenho o orgulho de trabalhar com mais dois colegas nessa área específica. É importante que tenhamos pessoas interessadas em trabalhar nessa área. Espero que, quando for instalado o Juizado da Mulher, ali estejam trabalhando também Juizes vocacionados e pessoas interessadas nessa questão, que estejam dispostas a estudar e entender o assunto, de forma a proporcionar um avanço nessa área.

A lei trouxe benefícios, e temos condições de avançar muito. Além de a Promotoria ter avançado, vejo como crescemos, como nos conhecemos, como nos articulamos melhor. Temos outros objetivos, queremos e pretendemos avançar, assim como toda a rede. Pretendemos crescer e avançar como um todo, ultrapassar as fronteiras da Região Metropolitana e atingir todo o Estado de Minas Gerais. Esse é nosso objetivo. É claro que existem limitações nas atuações de cada um, mas, como na rede, em que temos representantes do Estado, seria bom que esses exemplos fossem difundidos. Apesar de atuarmos em Belo Horizonte, estamos abertos para trabalhar em outros lugares. Vamos fazer pólos, módulos. Temos como articular e fazer com que isso avance para toda Minas Gerais de uma forma mais efetiva.

Então, acho que a rede já avançou muito. Estamos, realmente, de parabéns por termos conseguido esse avanço e um benefício grande para essas mulheres que já conseguimos socorrer. Temos muito o que comemorar nesta semana do Dia Internacional da Mulher. Muito obrigada.

Palavras da Vereadora Sílvia Helena

Cumprimento o estimado Vice-Presidente desta Casa, Deputado Doutor Viana, que preside esta reunião; as colegas que estão na Mesa, essas grandes mulheres parlamentares e demais autoridades presentes; por fim, cumprimento a todos vocês.

Quem observa, hoje, a importância e o protagonismo da mulher na sociedade não pode esquecer-se do caminho de luta, de preconceito na história dela. É importante lembrar as índias vitimadas pelos colonizadores, as escravas, objetos e serviços de seus senhores, que lutaram contra a escravidão e resistiram bravamente pela preservação da sua cultura; as valorosas mulheres que lutaram e conquistaram o direito à educação, ao voto universal, ao trabalho, à autonomia, às responsabilidades pela condução de suas vidas.

Quero afiançar a todas nós nesta tarde que as sete mulheres Vereadoras da Câmara Municipal de Belo Horizonte também estão sintonizadas com essa luta e estão nessa defesa. Trago o abraço delas, bem como o do Presidente da Câmara Municipal. Sempre estaremos juntas, buscando, cada vez mais, a justiça social e o lugar que merecemos nesta sociedade. Um grande abraço. Parabéns a todas.

Entrega de Placas

O locutor - Neste instante, passaremos à entrega de placas. Primeiramente, a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais homenageará as entidades que compõem a Rede Mineira de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, casas-abrigo e os centros de apoio à mulher. A placa contém os dizeres: "Comemoração do Dia Internacional da Mulher. Homenagem da Assembléia Legislativa a mulheres e entidades que se destacaram na efetivação das políticas públicas para as mulheres em Minas Gerais".

Pela Coordenadoria Especial de Política para as Mulheres, convidamos a Sra. Virgília Rosa; pelo Conselho Estadual da Mulher, a Sra. Carmem Rocha Dias; pela Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos da Mulher, a Sra. Laís Maria Costa Silveira; pelo Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública de Minas Gerais, a Sra. Umbelina Lopes; pela Delegacia Especializada de Crimes contra a Mulher, a Sra. Olívia de Fátima Braga Melo; pela Coordenadoria dos Direitos da Mulher da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, a Sra. Márcia de Cássia Gomes; pela Coordenadoria dos Direitos da Mulher da Prefeitura Municipal de Contagem, a Sra. Gláucia Helena de Souza; pela Coordenadoria Municipal dos Direitos da Mulher de Sabará, a Sra. Laís Ramalho; pelo Centro de Referência Especializado de Atenção à Mulher de Betim, a Sra. Maria das Mercês Neves de Almeida; pelo Instituto Mineiro de Saúde Mental e Social - Albam -, a Sra. Rebeca Rohlf's Barbosa Gaetani; pela Casa-Abriço Sempre Viva, de Belo Horizonte, a Sra. Daniele Aparecida Costa Caldas; pela Casa-Abriço Coragem de Ser Mulher, de Governador Valadares, a Sra. Marcela Otôni da Silva Pereira.

Convidamos os Deputados Doutor Viana e Dinis Pinheiro a fazer a entrega das placas.

- Procede-se à entrega das placas.

O locutor - Convidamos, pela Casa Abrigo Viva Mulher de Juiz de Fora, a Sra. Fátima Rodrigues Monteiro; pela Casa Abrigo SR Mulher Socorro e Readaptação da Mulher de Uberaba, a Sra. Simone Reis; pela Casa Abrigo Travessia de Uberlândia - Catu -, a Sra. Selma Aparecida Santos; pelo Abrigo São Paulo de Belo Horizonte, a Sra. Ana Rodrigues de Jesus; pelo Centro Risoleta Neves de Atendimento à Mulher de Belo Horizonte, a Sra. Virgília Rosa; pelo SOS Mulher Família de Uberlândia, a Sra. Selma Aparecida Santos; pelo Benvinda Centro de Apoio à Mulher de Belo Horizonte, a Sra. Carolina Marra Simões Coelho; pelo Centro de Atendimento à Mulher de Divinópolis - Vida Viva -, a Sra. Aparecida Gonçalves Oliveira Moreira; pelo Centro de Referência em Direitos Humanos da SR Mulher de Uberaba, a Sra. Lucimira Reis Carvalho Ferreira; pelo Centro de Apoio Renascer de Governador Valadares, a Sra. Alessandra Amorim; pelo Centro Integrado de Apoio à Mulher de Pouso Alegre e Região - Ciampar -, a Sra. Neusa Madureira; pelo Espaço Bem-Me-Quero - Centro de Referência da Mulher em Situação de Violência de Contagem, a Sra. Ireni Pereira da Silva Freitas; e pelo Centro de Referência da Mulher de Pirapora, a Sra. Djuliane Dias Vieira.

Convidamos os Deputados Doutor Viana, 1º Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, e Dinis Pinheiro, 1º-Secretário desta Casa, a fazer a entrega das placas.

- Procede-se à entrega das placas.

O locutor - Neste momento, a bancada feminina da Assembléia Legislativa prestará homenagem a mulheres que se destacaram na efetivação das políticas públicas para as mulheres em Minas Gerais. A homenagem traz os mesmos dizeres constantes nas placas entregues há pouco.

Convidamos a Deputada Ana Maria Resende para fazer a entrega de placa às suas homenageadas: Idalina Viana Mota, ex-Prefeita do Município de Miravânia, e Maria Salete de Souza Nether, Superintendente Regional de Ensino de Montes Claros - 22ª SRE.

Convidamos a Deputada Cecília Ferramenta para fazer a entrega de placa às suas homenageadas: Izabella Cristina Pimenta Rocha, Vice-Presidente da Câmara Mirim de Ipatinga, e Sandra Helena do Nascimento Silva, Diretora do Sindicato dos Comerciantes de Ipatinga.

Convidamos a Deputada Elbe Brandão para fazer a entrega de placa a suas homenageadas: Ana Lúcia Jorge, Secretária de Saúde de Monte Azul, e Maria Antônia Lima Rodrigues, Vereadora de Nova Porteirinha.

Convidamos a Deputada Elisa Costa para fazer a entrega de placas a suas homenageadas: Sra. Jandira Efigênia de Magalhães, dona de casa em Governador Valadares, e Sra. Vera Lúcia Lopes da Silva, crediária em Governador Valadares.

Convidamos a Deputada Gláucia Brandão para fazer a entrega de placas a suas homenageadas: Sra. Cláudia Maria Pereira da Silva, coordenadora do Ministério de Mulheres da 8ª Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte, e Sra. Efigênia Pimenta, membro do Conselho Municipal das Mulheres de Ribeirão das Neves.

Convidamos a Deputada Maria Lúcia Mendonça para fazer a entrega de placa a suas homenageadas: Sra. Maria Ângela Girard, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Cataguases; Sra. Roberta Lima de Paula, Defensora Pública da Comarca de Leopoldina.

Convidamos a Deputada Rosângela Reis para fazer a entrega de placa a suas homenageadas: Sra. Argentina Leonarda Leite, voluntária do Projeto Videiras, de Ipatinga, e Sra. Josefina de Fátima Barroso Pinho Tavares, do Grupo Se Toque, de Ipatinga.

- Procede-se à entrega das placas.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 4/3/2008

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimentos dos Deputados Gustavo Valadares e Dalmo Ribeiro Silva; aprovação - Questão de ordem - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.828/2007; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 1.413/2007; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 1.724/2007; aprovação - Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 37/2007; discurso da Deputada Elisa Costa - Questão de ordem - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr. - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 20h11min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Gustavo Valadares, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 89/2007 seja apreciado em último lugar, dentre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Vem à Mesa requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 1.828/2007 seja apreciado em 1º lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Questão de Ordem

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, parabeno esta Casa, pois, conforme costume dizer, os Deputados que por aqui passam deixam um grande serviço prestado a Minas e, da mesma forma, mostram serviço nos órgãos para onde vão. Faço esse registro e, ao mesmo tempo, parabeno o ex-Deputado Estadual Luiz Fernando Faria, que a partir de amanhã passa a presidir a Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados. É mais um mineiro na Presidência de uma importante Comissão. Luiz Fernando Faria, que conviveu conosco nesta Casa, durante três mandatos, pôde, em virtude de sua experiência, do trabalho aqui realizado, chegar à Câmara dos Deputados e garantir seu espaço. Ao mesmo tempo que parabeno o Deputado Luiz Fernando Faria, parabeno também o seu assessor de imprensa, Deputado Alberto Pinto Coelho, que fez esse anúncio hoje a toda a imprensa. Portanto, o Deputado Luiz Fernando Faria e seu assessor de imprensa, meu amigo Alberto Pinto Coelho, que faz a divulgação desse fato, estão de parabéns. É um mineiro na Presidência de uma Comissão tão importante da Câmara dos Deputados. Obrigado.

O Sr. Presidente - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.828/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem - DER-MG - a doar ao Município de Ouro Fino o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 1.413/2007, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 1.724/2007, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 37/2007, do Governador do Estado, que extingue cargos de provimento em comissão do Quadro Específico de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto. Continua em discussão o projeto. Com a palavra, para discutir, a Deputada Elisa Costa.

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos discutir o Projeto de Lei Complementar nº 37, de 2007, que extingue cargos de provimento em comissão do Quadro Específico de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado, que estão migrando para a Secretaria de Governo. São os cargos de Consultor-Chefe Técnico e 11 cargos de consultoria técnico-legislativa. Estou me manifestando em relação a esse projeto porque quero fazer uma discussão sobre o aprimoramento da técnica legislativa, especialmente do governo de Minas, e de como chegam os projetos a esta Casa Legislativa. A nossa proposta é para que o governo do Estado, já que há essa posição de migrar essas funções para a Secretaria de Governo, possa fazer uma melhoria no desempenho da análise legislativa. No ano passado, deparamo-nos com projetos muito mal-elaborados, e a assessoria jurídica e legislativa desta Casa teve de reelaborá-los; e não somente projetos mas também vetos.

Quero, então, chamar a atenção do governo estadual para que se intensifiquem o cuidado, o estudo e o aprofundamento da legislação que chega até a Assembléia Legislativa. Quero também uma definição de como será tratada a tramitação do processo legislativo nesta Casa. Já tivemos, na Bancada do PT e do PCdoB, em muitos momentos, uma indefinição de como se compreende a tramitação de alguns projetos. Em alguns casos, a assessoria jurídica entende que pode ser um programa e, em outros, entende que pode ser uma política estadual. Agora há uma indefinição de como será interpretada a forma de tramitação dos projetos nesta Casa.

Quero relatar que um projeto da nossa autoria, que tramitou nos últimos dois anos e veio a Plenário no fim do ano passado, passou por essa mesma dificuldade. O projeto ficou entre ser política e ser núcleo de apoio à engenharia e à arquitetura públicas. É um projeto extremamente interessante e contribui para os Municípios de Minas Gerais na elaboração de projetos, capacitando-os tecnicamente para buscar recursos no âmbito do Estado e do governo federal. É a contribuição do Estado na preparação de projetos para os nossos Municípios, fazendo uma parceria entre os Conselhos Regionais de Arquitetura e Agronomia e as escolas de engenharia, sejam escolas públicas, sejam universidades privadas, com o objetivo muito claro de assessorar tecnicamente grande parte dos Municípios que não dispõem de um corpo técnico capaz de elaborar projetos e formatá-los para captar recursos do Estado e do próprio governo do Presidente Lula.

Nosso projeto, por várias vezes, teve essa interpretação. Num primeiro momento, era um núcleo. Depois se tornou uma política estadual e, mais um vez, foi aprovado no 1º turno como núcleo de apoio à engenharia e à arquitetura públicas no Estado de Minas Gerais.

Deputado Carlin Moura, gostaria de deixar esse registro da preocupação legislativa, com o cuidado legislativo na elaboração dos projetos, seja do governo do Estado para a Assembléia, seja dos projetos tramitando aqui, na própria Assembléia Legislativa.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Deputada Elisa Costa, antes, propriamente, do aparte sobre o tema em discussão, aproveito a oportunidade para cumprimentar todas as brilhantes parlamentares desta Casa no dia de hoje, em que foi realizado um importante seminário sobre a Semana Internacional da Mulher. Cumprimento todas as parlamentares na pessoa de V. Exa., que tão bem representa a voz feminina no Parlamento de Minas Gerais, com muita competência e com muito brilhantismo, assim como as demais Deputadas, que abrilhantam o Parlamento mineiro. Parabêniz a todas por esta semana de debate. Que no dia 8 de março possamos fazer referência a uma luta permanente na defesa dos direitos das mulheres por uma sociedade mais emancipacionista.

Nobre Deputada, V. Exa. discute, no momento, o projeto que prevê a extinção de cargos em comissão da Advocacia-Geral do Estado. É importante salientarmos que, sem dúvida alguma, a extinção desses cargos em comissão tem um aspecto positivo e é uma política correta. O que chama a nossa atenção é a questão dos cargos efetivos da Advocacia-Geral do Estado. Temos recebido muitos "e-mails" em nosso gabinete de pessoas que comentam, primeiro, a ausência de funcionários na Advocacia-Geral do Estado, atualmente carente de servidores para os cargos efetivos. Parece-me que, no último concurso, chamaram 78 pessoas, quantidade insuficiente do ponto de vista do preenchimento dos cargos de carreira e dos cargos efetivos da Advocacia-Geral do Estado. Também existem comentários e algumas ponderações. Em primeiro lugar, há algumas dificuldades burocráticas de cargos atualmente exercidos por pessoas que já se aposentaram ou que estão em via de se aposentar ou de pessoas que fazem parte do quadro da Advocacia-Geral do Estado e que passaram em concursos em outras áreas do Estado e que têm dificuldade de sair de seus cargos, em virtude de uma demora burocrática, como a publicação, no diário oficial de Minas Gerais, da renúncia dos cargos, acarretando atraso para os aprovados em concurso, que estão na fila para ocuparem cargos efetivos. Sem dúvida alguma, isso traz prejuízo para essa importante instituição que é a Advocacia-Geral do Estado. No momento em que se discute a extinção dos cargos em comissão, seria importante que a Seplag avaliasse mecanismos mais eficientes para que possamos garantir que o servidor que passou no concurso, que tem o direito de ocupar a vaga de efetivo naquela instituição, possa fazê-lo com mais agilidade e com mais presteza. Portanto que essas publicações sejam mais ágeis, a fim de que os aprovados em concursos possam ocupar seus cargos. E que, de uma vez por todas, possamos entender que a valorização do servidor público efetivo, de carreira, é fundamental. Sem dúvida alguma, achamos importante a diminuição e a extinção dos cargos em comissão, mas não podemos perder de vista o horizonte de que a Advocacia-Geral do Estado, enquanto instituição pública, enquanto máquina pública, precisa ser reforçada com a presença do servidor público de carreira aprovado em concurso, porque essa é uma forma de defendermos o funcionamento do Estado e combatermos a visão de Estado mínimo. Então, não podemos extinguir cargos nem deixar desassistido o Estado de Minas Gerais.

Faço essa ponderação a V. Exa e um apelo à Secretaria de Planejamento, para que possa averiguar esses comentários, essas denúncias feitas por pessoas aprovadas em concurso e que estão enfrentando dificuldades para serem efetivadas, em virtude da burocracia do Estado.

Mas V. Exa., novamente, está de parabéns pela brilhante e aguerrida posição que sempre tem defendido aqui no Plenário da Assembléia de Minas Gerais.

A Deputada Elisa Costa - Obrigada, Deputado Carlin. Estendo essa homenagem a todas as Deputadas, incluindo a Deputada Ana Maria Resende, que se encontra conosco, dizendo-lhe da beleza do nosso encontro realizado hoje, dia 4, mas que comemora o dia 8, o Dia Internacional da Mulher, nesta Casa Legislativa, com a presença de tantas entidades, centros de referência da mulher, de combate à violência, casas-abrigo, redes de proteção e enfrentamento.

Realmente foi um encontro muito importante, uma mobilização grande do Estado de Minas Gerais, vinda de todas as regiões, o que demonstra que o nosso Estado já avança nas políticas públicas de combate e enfrentamento à violência, apesar de, ainda, ter um longo caminho a percorrer, como a implementação efetiva da Lei Maria da Penha e, principalmente, a destinação dos recursos que devem vir do governo federal, as políticas que também devem ser implementadas pelo governo estadual, a fim de que tenhamos um Estado mais fraterno e menos violento.

Amanhã, Deputada Ana Maria Resende, o Presidente Lula, com a Ministra Nilcéia Freire, das Políticas Públicas para Mulheres, anunciará o 2º Plano Nacional de Políticas Públicas Destinadas às Mulheres. Depois da 2ª Conferência, agora será anunciado o 2º Plano, em que prioritariamente se fará um pacto contra a violência nos Estados brasileiros, e Minas Gerais já faz parte desse pacto nacional de enfrentamento à violência.

O Deputado Weliton Prado (em aparte)* - Gostaria de parabenizar a nossa Líder, Deputada Elisa Costa, que muito bem anuncia a data divulgada pelo Presidente Lula.

Se V. Exa. me permite, também gostaria de anunciar que, amanhã, acontecerá, em Belo Horizonte, no Cefet da Av. Amazonas, a audiência pública da Aneel, em que se discutirá a revisão tarifária da Cemig, que acontece de cinco em cinco anos. Na última revisão, houve um aumento de mais de 31%, mas, pela primeira vez na história, já está garantido que não haverá aumento, e existe a possibilidade de se reduzir a tarifa acima de 10%. Portanto, é muito importante a participação de toda a população.

É uma audiência aberta ao público que se realizará amanhã, dia 5, a partir das 8 horas da manhã, no Cefet. Agradeço o espaço para fazer a convocação de toda a população de Minas Gerais, de forma especial da Região Metropolitana de Belo Horizonte, pois a mobilização contribuirá muito para a redução da tarifa de energia em Minas. Realmente é a tarifa residencial mais cara do Brasil. Só a incidência de ICMS corresponde a 42%. Nos últimos 10 anos, são mais de 460% de aumento.

Enfim, amanhã, a partir das 8 horas, no Cefet, a realização da audiência pública. Muito obrigado.

A Deputada Elisa Costa - Parabêniz o Deputado Weliton pela brilhante luta pela redução da tarifa de energia elétrica, realmente fruto da grande mobilização de tantos movimentos sociais de Minas e do seu mandato. Aliás nos somamos a essa coleta de assinaturas que apresenta à Aneel as reivindicações de Minas Gerais, que demonstram claramente que o consumidor mineiro hoje paga a mais alta tarifa do Brasil. Realmente é preciso refletir sobre o papel da Cemig e, principalmente, sobre a sua função social no Estado.

Aproveito a discussão do Projeto de Lei Complementar nº 37, para me dirigir ao Deputado José Henrique, do Vale do Rio Doce, que está na Mesa, e aos demais Deputados que também fazem parte dessa região.

Deputado José Henrique, há algum tempo, a Aracruz Celulose tem adquirido terras no Vale do Rio Doce - Conselheiro Pena, Tumiritinga, proximidade da sua cidade, e Governador Valadares -, ou seja, há algum tempo, ela está arrendando e comprando terras para o plantio de eucalipto. No ano passado, tivemos a oportunidade de participar de uma audiência com o Dr. Carlos Aguiar, Presidente da Aracruz Celulose, exatamente na cidade de Aracruz, no Espírito Santo. Quando da nossa visita, o Dr. Carlos Aguiar nos comunicou a possibilidade de a empresa construir uma grande fábrica, uma grande usina de celulose em Minas Gerais. Essa proposta está sendo discutida no Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Desenvolvimento, com um grupo técnico representado por vários Secretários do governo de Minas, que estão avaliando e preparando um diagnóstico, a pedido da empresa, para saber quais são as condições e as possibilidades de se implantar uma fábrica em Governador Valadares ou no Vale do Rio Doce, para a industrialização especialmente da celulose.

Na oportunidade, estivemos aqui, em Belo Horizonte, com o Secretário Márcio Lacerda, que também nos falou do estudo que estava sendo realizado. Essa notícia já está sendo analisada há algum tempo. Foi-nos dito que haveria um diagnóstico, que já estava ficando pronto, e, em seguida, seria feito um estudo do impacto ambiental no Vale do Rio Doce, e a Aracruz estudaria a hipótese de implantar, em Governador

Valadares ou nas proximidades, uma fábrica de celulose. Outros Estados também pleitearam essa fábrica, mas a notícia que temos é que Minas Gerais ofereceu e oferece, do ponto de vista da infra-estrutura e da logística, as melhores condições para a implantação, em razão da ferrovia da Companhia Vale do Rio Doce, da futura duplicação da BR-381, que chegará a Governador Valadares, e da própria região do Vale do Rio Doce, onde, em alguns trechos, há uma devastação ambiental muito grande, o que tem dificultado a produção agrícola e até mesmo o assentamento de trabalhadores rurais, na reforma agrária. Essas regiões mais prejudicadas do ponto de vista da devastação ambiental seriam destinadas ao plantio do eucalipto e à preparação para a implantação de uma usina, de uma fábrica de celulose. A informação que temos, Deputada Rosângela Reis, é que ela pode ser até maior do que a própria Cenibra.

A partir desta semana, a informação que tivemos era ainda, a pedido do Dr. Carlos Aguiar, que fosse sigiloso também aqui, no governo de Minas, em virtude de as negociações ainda não estarem concluídas e o diagnóstico não estar pronto. Há o cuidado de todos que estamos acompanhando essas informações de não fazer um anúncio que possa prejudicar o andamento das negociações e o que Minas Gerais poderia oferecer, do ponto de vista de infra-estrutura e logística, para a implantação dessa indústria de celulose na região do Vale do Rio Doce.

A nós, que acompanhamos a discussão desde o início, também foi pedido sigilo, e nós o mantivemos e respeitamos todas as negociações, para evitar, assim, prejuízo para Governador Valadares e região.

Ainda não sabemos onde será definitivamente implantada a usina. Está acontecendo uma mobilização para que sua sede fique em Governador Valadares, até porque, desde a implantação da Usiminas, da Cenibra e da Acesita, a região do Rio Doce acalenta o sonho de entrar na era da industrialização.

O Brasil está vivendo um processo positivo de desenvolvimento e, pela primeira vez, o Estado brasileiro tem sido indutor de desenvolvimento e crescimento. A economia está estabilizada, o que permite às empresas expandirem suas unidades, gerarem mais empregos e aumentarem sua produção. A Usiminas e a Cenibra, por exemplo, duplicarão sua produção.

Muitas empresas estão interessadas em se implantar em várias regiões, especialmente, Deputado José Henrique, em regiões como a nossa, que precisa de opções de geração de trabalho e renda.

Os emigrantes estão voltando em razão da dura lei de imigração dos Estados Unidos e de outros países, do enfraquecimento do dólar, do fortalecimento do real e do aumento de oferta de empregos no Brasil. Tudo isso está atraindo de novo para cá a atenção dos brasileiros e dos valadarenses que iam buscar recursos no exterior.

É hora de o Vale do Rio Doce buscar opções de desenvolvimento sustentável para, então, crescer, gerar empregos e se desenvolver. Mas não podemos nos esquecer de que desenvolvimento só faz sentido quando beneficia o ser humano, quando traz benefícios para homens e para mulheres. É esse o desenvolvimento que desejamos.

Queremos uma fábrica ou uma indústria em nossa região. O ICMS assim recolhido reverterá em projetos e programas sociais. Mas, ao lado disso, temos de preservar a região. Queremos, portanto, que essa fábrica se instale em Governador Valadares, mas não sem antes discutir com as forças sociais, políticas e empresariais os benefícios que virão para Governador Valadares. Outras empresas fornecedoras poderão chegar como suporte para uma fábrica de celulose do porte da Aracruz Celulose.

Peço, Deputado Getúlio Neiva e Deputado José Henrique, o apoio desta Casa Legislativa e do Governador Aécio Neves. Que interfiram a favor da instalação dessa grande empresa no Vale do Rio Doce. Com certeza, veremos crescer o número de empregos, e o progresso chegará à nossa região. A criação de uma universidade também pode vir como consequência. Já estamos, aliás, lutando para levar para Governador Valadares uma universidade como a do Mucuri e do Jequitinhonha, que tanto está beneficiando Teófilo Otôni.

Somando industrialização ao conhecimento tecnológico e à formação humana e profissional, com certeza teremos uma região mais desenvolvida e com inclusão social, onde as pessoas, vão querer permanecer e aí educar seus filhos. Aí haverá oportunidades para a juventude e possibilidades alvissareiras para as famílias.

Para tanto solicitamos ao governo de Minas que, neste momento, contribua para a finalização do diagnóstico e os estudos de impactos ambiental e social para que a sede dessa fábrica possa ser instalada na cidade de Governador Valadares. Também já solicitamos o empenho da Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. O Prefeito Pimentel e o Ministro Patrus Ananias já estão trabalhando para que o governo federal possa, por meio das suas representações, atender às reivindicações da empresa. Assim Minas poderá oferecer melhores condições de receber uma indústria que gerará emprego para a região.

É claro que todo o debate será realizado com os moradores da cidade e do Vale do Rio Doce. Discutiremos também o fortalecimento da nossa agricultura familiar na região e os assentamentos da reforma agrária, para que parte das terras seja destinada aos assentamentos e outra parte possa servir ao plantio de eucalipto, atendendo assim a essa fábrica, que poderá instalar-se em nossa cidade.

Será uma grande discussão. Levantaremos, com a sociedade de Governador Valadares e com os movimentos sociais, os significados social, ambiental, político e econômico de uma empresa desse porte se instalar em Governador Valadares e ajudar o Vale do Rio Doce a crescer.

O Sr. Presidente - Solicito à Deputada Elisa Costa que volte à discussão do Projeto de Lei Complementar nº 37/2007. Na verdade, se V. Exa. desviar-se do assunto, teremos de dar a mesma oportunidade a outros Deputados.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte) - Deputada Elisa Costa, a discussão do Projeto de Lei Complementar nº 37/2007 é muito importante, porque dificilmente o governo envia a esta Casa algum projeto extinguindo cargo e reduzindo despesa. Portanto a sua discussão é muito importante.

Ao mesmo tempo, quero aproveitar a oportunidade para cumprimentá-la pela presença em Teófilo Otôni, na ocasião do lançamento do Território do Mucuri, e dizer que a iniciativa da Aracruz de instalar-se na região de Governador Valadares gera impacto não apenas para a cidade, mas também para todo o Vale do Rio Doce, ajudando-o e expandindo-se para o Mucuri, o que atenderá também a minha região.

Por curiosidade, hoje, ao pegar o avião em Valadares, recortei o "Diário do Rio Doce" por causa dessa notícia. Considero-a estupenda, esplendorosa, tanto para V. Exa. quanto para o Deputado José Henrique, que preside esta reunião, que são da região. Acredito que o Rio Doce encontrará o seu destino. Passamos pelas estradas e vemos os terrenos já assoreados, as voçorocas descendo pelos morros; portanto, há necessidade de fazer o replantio das florestas, sem deixar de lado a agricultura e a pecuária.

O impacto dessa decisão que V. Exa. anuncia é importante não apenas para Governador Valadares, mas também para todo o Rio Doce, o Mucuri e parte do Jequitinhonha. Acredito que Governador Valadares lutou bem, direito, e deve continuar lutando para que nossa região seja

beneficiada. Uma das coisas mais curiosas que nos aconteceu negativamente foi que o Vale do Rio Doce acabou ficando tão pobre quanto o Jequitinhonha e o Mucuri, e isso é ruim. À medida que o Rio Doce se recupera, também vamos nos recuperar. Parabéns pela luta!

A Deputada Elisa Costa - Obrigada, Deputado Getúlio Neiva. Há um tempo, o Deputado Jayro Lessa também já estava preocupado e trabalhando com essa possibilidade. Ele também está assumindo uma campanha de mobilização em Governador Valadares para chamar a atenção do governo de Minas e do Presidente Lula, para que Governador Valadares tenha a tão sonhada industrialização, mas tudo feito com cuidados sociais e ambientais.

O fato é que a cidade hoje, mais do que nunca, com o retorno dos nossos imigrantes, dos nossos valadarenses, precisa buscar seu caminho, alternativas de desenvolvimento. E uma dessas alternativas passa pela industrialização, pela universidade, pelo conhecimento e pelo turismo, enfim, há várias alternativas para a nossa região, e queremos que elas cheguem até o Mucuri.

Parabenizo Teófilo Otôni por sua presença, ontem, no lançamento do programa Territórios da Cidadania, um momento em que 27 Municípios se encontraram. Trata-se de um projeto belíssimo do governo do Presidente Lula, cujo lançamento em Brasília, no dia 25, o Deputado Almir Paraca e eu tivemos oportunidade de acompanhar. Também o Norte de Minas vai receber o Territórios da Cidadania, com recursos de vários Ministérios, integrando políticas sociais, especialmente para combater a pobreza rural. Esse projeto tem recursos novos, alocados por diversos Ministérios, e contribuirá para que as comunidades rurais tenham infra-estrutura, eletrificação, desenvolvimento, saúde e educação. Esse projeto significa um choque de várias políticas públicas, que vão alavancar o desenvolvimento de uma região.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte) - Parabenizo nossa Líder, Deputada Elisa Costa, por sempre vir a esta tribuna discutir temas importantes. Esse Projeto de Lei nº 37/2007, do Governador do Estado, é importante. Nós, que entendemos um pouco da administração pública, sabemos que qualquer governo precisa acertar no ponto de vista da gestão do Estado. Nós sabemos que a burocracia tem contribuído para que as coisas não andem neste país, atrapalhando demais o seu desenvolvimento em vários sentidos. O Governador até acerta ao corrigir essa questão para agilizar esse processo.

Mas, aproveitando a discussão do projeto, gostaria de entrar em outro assunto. Deve haver mais harmonia entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Fiquei impressionado, nessa semana, com a intromissão do Poder Judiciário em uma questão que ainda não havia chegado a ele. O Ministro Marco Aurélio emitiu uma opinião, deu uma sugestão à oposição contra os programas sociais do governo Lula, mais especificamente com relação ao Territórios da Cidadania. Esse programa demonstra uma visão ampla do nosso governo, que quer diminuir a pobreza, principalmente rural, dos Municípios de menor IDH. O governo quer diminuir as distâncias em nosso país, é um governo solidário. E vemos o Ministro, aliado a uma oposição, dar uma opinião política, que de certa forma envergonha nosso Poder Judiciário, uma opinião antecipada do Ministro Marco Aurélio.

Portanto, gostaria de aproveitar o momento para abrir essa discussão aqui. É importante que comecemos a discutir essas questões. Os Poderes devem ser harmônicos. Os Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo devem contribuir um com o outro. E o que estamos vendo no Brasil hoje é algo totalmente diferente: algumas pessoas querendo atrapalhar um governo sério como o do Presidente Lula, que quer diminuir a pobreza e ajudar as classes menos favorecidas. E um membro do Supremo Tribunal Federal dá uma opinião que não contribui em nada com o processo da harmonia entre os Poderes no País. Expresso aqui nossa opinião e indignação com o Ministro Marco Aurélio, que está usando de um cargo para fazer oposição às políticas sociais do Presidente Lula.

No mais, parabenizo V. Exa. pelas intervenções que sempre tem feito nesta Casa, de forma brilhante. Que nossa Líder continue sempre assim: guerreira, firme e forte na defesa do povo de Minas Gerais. Obrigado.

A Deputada Elisa Costa - Obrigada. Concordo com essa avaliação. Esse projeto não é eleitoral, mas social, da sociedade brasileira. Ele vencerá um dos maiores desafios, que é integrar políticas públicas de 19 Ministérios, com recursos em vários programas sociais de enfrentamento à pobreza rural no País.

Quero parabenizá-lo por trazer à tona este tema, porque o Presidente Lula tem tido muita oposição da grande mídia e agora até do Supremo, em relação às políticas sociais.

Aproveito, Deputado José Henrique, para dizer que estive em Brasília, na segunda-feira, quando acompanhei o lançamento do programa Territórios da Cidadania. Tive oportunidade de entregar diretamente ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, proposta para que, em 2009, o Vale do Rio Doce e outras regiões de Minas também recebam os recursos e implantem o Territórios da Cidadania. Já temos hoje os territórios rurais em vários Municípios do Estado. Em Minas, temos 12, e agora 4 se tornarão Territórios da Cidadania. Nossa proposta é que, para o próximo ano, o Médio Rio Doce e o Vale do Rio Doce integrem-se ao projeto Territórios da Cidadania, nesse choque de políticas sociais, contribuindo assim com os pequenos agricultores familiares, com os pescadores, com os assentados da reforma agrária, com as comunidades quilombolas, com as comunidades indígenas, como os crenaques e os maxacalis. Enfim, seriam critérios para ajudar a elevar o Índice de Desenvolvimento Humano de toda essa região.

Terminando, quero deixar aqui uma convocação para os Deputados e Deputadas do nosso Vale do Rio Doce, a fim de que haja uma mobilização da nossa parte junto ao Governador Aécio Neves e ao Presidente Lula. Já solicitamos, por intermédio da Ministra Dilma Rousseff, o olhar do governo federal e o de Minas Gerais para as regiões mais empobrecidas no Norte, no Mucuri e no Jequitinhonha, onde temos um trabalho efetivo. Esse olhar se voltaria também para o Vale do Rio Doce, que vem enfrentando dificuldades ao longo desses anos.

Deixo aqui essa convocação para todos os Deputados Estaduais e Federais da nossa região, para os movimentos sociais de luta pela terra, para os movimentos sindicais, populares, para a Câmara de Governador Valadares e demais Câmaras da região, enfim, para todos os atores sociais envolvidos, políticos, empresários, a fim de que o Vale do Rio Doce seja sede de uma fábrica da Aracruz Celulose e possa contribuir para a nossa região do ponto de vista social e econômico. É claro que devemos fazer esse debate de maneira muito propositiva, apresentando propostas tanto na área do desenvolvimento social quanto para garantir efetivamente a recuperação ambiental da nossa região. Queremos gerar empregos e alcançar um desenvolvimento sustentável, que garanta a preservação do presente e do futuro das nossas gerações. É o que queremos para o nosso Vale do Rio Doce. Para isso desejamos mobilizar as cidades e todas as forças políticas, porque essa é uma luta de todos: da cidade, da região, do Vale do Rio Doce. Mas também temos um compromisso com o Mucuri, com o Jequitinhonha, com o Norte de Minas, com Minas Gerais e com o nosso país.

Fica aqui a nossa convocação por uma mobilização de todas as nossas forças, para reunir as condições para a nossa cidade de Governador Valadares receber essa fábrica e distribuir os recursos e também os benefícios para o Vale do Rio Doce. Muito obrigada.

Questão de Ordem

O Deputado Getúlio Neiva - É evidente a ausência do quórum necessário para a continuação da reunião. Antes de solicitar o seu encerramento, queria cumprimentar a Deputada Elisa Costa e a nossa Rosa Morena, de Ipatinga, que está aqui conosco. Peço, então, o encerramento, de plano, da reunião.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência encerra, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, a discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 89/2007, uma vez que permaneceu na ordem do dia por 6 reuniões.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 5, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 5/3/2008

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Carlos Mosconi; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 89/2007; renovação da votação do requerimento do Deputado Alencar da Silveira Jr.; aprovação do requerimento; verificação de votação; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; chamada para a recomposição do número regimental; existência de número regimental para discussão; questões de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr. - Ademir Lucas - Ana Maria Resende - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Gustavo Valadares, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião o Projeto de Lei nº 1.828/2007 e os Projetos de Resolução nºs 1.413 e 1.724/2007, apreciados na reunião extraordinária realizada ontem, à noite.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Carlos Mosconi, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 1.690/2007 seja apreciado em 1º lugar entre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 89/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que proíbe a venda e o consumo de bebida alcoólica nas dependências de estádios de futebol das administrações públicas direta e indireta do Estado nos dias de jogos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Segurança Pública. A Presidência vai renovar a votação do requerimento do Deputado Alencar da Silveira Jr., solicitando a retirada de tramitação do referido projeto. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Gustavo Valadares - Verificação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel, que o façam neste momento. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 23 Deputados. Portanto, não há quórum suficiente para votação. A Presidência torna a votação sem efeito. Tendo em vista a importância das matérias constantes na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 25 Deputados, que, somados aos 3 em Comissão, perfazem o total de 28 parlamentares, número insuficiente para votação, mas suficiente para a discussão das demais matérias constantes na pauta.

Questões de Ordem

O Deputado Gustavo Valadares - Sr. Presidente, precisamos destacar alguns pontos relativos à votação desse requerimento, para que os novos parlamentares tenham ciência do que estão votando. O requerimento do Deputado Alencar da Silveira Jr. pede a retirada de tramitação do projeto de lei que regulamenta ou não a venda de cerveja nos estádios de futebol de Minas Gerais. O projeto foi colocado na pauta do Plenário desta Casa por conta de um compromisso do Presidente Alberto Pinto Coelho, durante a última reunião do ano passado, quando discutíamos uma emenda ao projeto do Deputado Antônio Júlio, que permitia a volta da venda da cerveja nos estádios de futebol. Por causa da polêmica criada, o Deputado e Presidente Alberto Pinto Coelho nos solicitou que deixássemos para discutir esse assunto no início do ano. Isso foi feito, quando ele colocou em pauta de votação o projeto do Deputado Alencar da Silveira Jr. O Deputado Alencar da Silveira Jr. entrou com um requerimento solicitando a retirada de tramitação do projeto. Para esclarecer, Deputado Pinduca, ele pretende que o projeto não seja discutido no Plenário desta Casa pelos 77 Deputados. Alguns parlamentares que pretendem manter essa cortina, que esconde os reais fatos a respeito do Mineirão, estão se utilizando desse requerimento para não discutir o mérito. Tenho certeza de que os Deputados que me sucederão aqui irão discutir o mérito. Meu caso não é o mérito. Estamos discutindo a votação de um requerimento de retirada de tramitação. Deputados que pretendem discutir a venda de cerveja, se a violência aumentou ou não, saibam que estou preparado para debater no momento correto. Os que desejam retirar o projeto de tramitação do Plenário agora estão com medo de debater o projeto no momento oportuno. Esse Deputados que pretendem retirar o projeto são os mesmos que distribuíram para alguns gabinetes dados mentirosos. São tão mentirosos que não os recebi em meu gabinete. Quando um parlamentar encaminha aos gabinetes argumentos relativos a determinado projeto, é de praxe, nesta Casa, que envie aos outros 76 gabinetes. O meu não recebeu nada, porque essa pessoa que encaminhou os documentos mentirosos aos demais gabinetes não teve humildade de enviá-los ao meu, para que eu pudesse contestar os fatos. É uma jogada esse tipo de interposição. É justo, mas vamos discutir o projeto no momento certo. Não é correto que poucos parlamentares, por duas vezes derrotados no Plenário, tentem tirar o projeto de tramitação antes da discussão, adiando-a mais uma vez. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, solicito, de uma vez por todas, que esta Casa Legislativa discuta se devemos ou não deixar que a cerveja seja comercializada no Estádio Magalhães Pinto, o Mineirão, e nos demais estádios de Minas. Sr. Presidente, mais uma vez respeitando o Regimento desta Casa, deixarei para discutir o mérito no momento da discussão do mérito. Para terminar meu pronunciamento, Sr. Presidente, quero alertar os nobres pares desta Casa para o fato de que não podemos mais adiar a discussão de um projeto que tem atrapalhado - e muito - o lazer e o bem-estar daqueles que são apaixonados pelo futebol e vão ao estádio, aos domingos e às quartas-feiras, em Belo Horizonte, para tomar cerveja e assistir ao jogo de futebol. Tenho certeza, Sr. Presidente, de que o mérito será discutido, e eu só o discuto no momento da discussão do projeto. Peço ao Sr. Presidente que coloque mais uma vez em discussão o requerimento, para vermos o que a maioria pensa em relação à retirada ou não de tramitação do projeto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - A Presidência, antes de passar a palavra ao Deputado Sargento Rodrigues, esclarece aos Deputados o seguinte: se for retirado de tramitação o Projeto de Lei nº 89/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., o Projeto de Lei nº 310/2007, do mesmo autor, passa a tramitar nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 12 e será distribuído às Comissões de Justiça, de Segurança Pública e de Fiscalização Financeira, para ser discutido exaustivamente, a fim de chegar novamente a este Plenário. Este esclarecimento pode ajudar a orientar os Deputados na votação do requerimento em questão.

O Deputado Gustavo Valadares - Sr. Presidente, com muita boa-vontade, será mais um ano para discutirmos novamente o projeto. Com muita boa-vontade, daqui a um ano discutiríamos novamente o projeto.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, gostaria de dizer ao Deputado Gustavo Valadares que pode ficar à vontade quando precisar nominar Deputado nesta Casa, porque assim o faço quando necessito. Quero dizer ao ilustre Deputado que o critério utilizado nesta Casa é o regimental. Se é assim, estamos subordinados ao Regimento. Portanto, cabe, neste momento, o espaço da Minoria, que foi instituída no Parlamento exatamente para que não seja sufocada ou reprimida nas suas idéias ou forma de pensar e votar. Neste momento, chamamos de Minoria aqueles Deputados que, porventura, estavam presentes no Plenário, eram minoria e pensavam de maneira contrária com relação à retirada do projeto. Portanto, ficou constatado o que falo. Quando o Deputado diz que quer fazer valer o Regimento e discutir, deve saber que o projeto teve encerrada sua discussão. Portanto, este Deputado estava inscrito para fazer a discussão em que demonstraríamos tanto com dados técnicos quanto com conhecimento empírico que realmente a bebida alcoólica, sendo autorizada nos estádios de futebol - já adentrando no mérito - com certeza não trará nenhum benefício para a população de Minas Gerais. Posso dizer isso ao Deputado porque, muito antes de chegar a esta Casa, exerci policiamento no Estádio Governador Magalhães Pinto. Portanto, falo com a prática exercida no dia-a-dia. Agora, se observarmos o dia-a-dia, Deputado Gilberto Abramo, Deputado Eros Biondini, Deputada Gláucia Brandão, Deputado Hely Tarquínio, Deputado João Leite, Deputado Vanderlei Miranda, demais colegas Deputados e tantos outros que pensam da mesma forma, perceberemos que até as imagens demonstram crianças no colo de mães, porque diminuí, de fato, a violência. E é uma responsabilidade enorme deste Parlamento dizer sim. Então, usaremos quantas vezes necessárias as manobras regimentais previstas, porque há o espaço da Minoria. O Parlamento é desta forma. Não é à toa que há a Liderança da Maioria e a Liderança da Minoria porque, nos momentos de dificuldades, seus espaços devem ser usados. Gostaria de dizer que realmente enviamos uma correspondência e, se o Deputado está um pouco melindrado, entregarei a ele, em mãos, a resposta do Cel. Natal, Presidente da Ademg, em que ele diz com toda clareza: "Em atendimento à solicitação de V. Exa. contida no documento..." É o documento em que solicitamos informações sobre como ficou a situação no Mineirão depois dessa proibição. Ele continua, dizendo: "...diminuição de ocorrências policiais internas e externas no Mineirão, menos brigas de torcedores, redução de atendimento médico no Departamento Médico do Mineirão, redução de depredação do patrimônio público, tais como furto de torneiras, quebra de pias e de vasos sanitários, diminuição da sujeira gerada no evento, presença de mais crianças, mulheres e famílias no estádio, desocupação rápida do estádio após a realização do jogo, ausência de arrastão na parte externa do Mineirão após a realização dos jogos, menos ocorrências de colisões e abaloamentos no estacionamento do estádio, sensação do aumento da segurança no estádio". Isso é fato. Isso é dado concreto. Volto a insistir: o Deputado diz que há alguns espaços que estão obscuros. Gostaria de orientá-lo a não percorrer esse caminho. Se fizer isso, invertemos o questionamento, que será: por que alguém insiste em querer teimar que a venda da bebida alcoólica não trará consequências para a população? Num clássico como o que acontecerá domingo, Cruzeiro e Atlético, entre duas tribos rivais, entre duas torcidas que se enfrentam cotidianamente, dizer que o componente álcool não influenciará no comportamento humano infelizmente é dizer algo que não é verdade. Sabemos perfeitamente que todo o esforço que fizemos, Sr. Presidente, valerá a pena se evitarmos uma briga ou uma lesão corporal. V. Exa. já colocou o requerimento em votação e não houve quórum. Solicito a V. Exa. o encerramento, de plano, da reunião, pois V. Exa. pode

constatar que não há quórum para a votação e muito menos para a discussão.

O Deputado Gustavo Valadares - Sr. Presidente, solicito a palavra pelo art. 164 do Regimento Interno, pois fui citado.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Deputado Gustavo Valadares que a palavra pelo art. 164 do Regimento Interno somente é concedida a Deputado que tenha sido citado em pronunciamento de forma ofensiva, para que este conteste acusação pessoal à própria conduta ou para contradizer o que lhe foi indevidamente atribuído como opinião pessoal, e isso não ocorreu.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 11/2007, EM 17/5/2007

Às 9h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ademir Lucas, Inácio Franco e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo este ao Deputado Domingos Sávio, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Ademir Lucas, declara aberta a reunião e esclarece que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar o relator. A seguir, determina a distribuição de cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Inácio Franco para atuar como escrutinador. Feita a apuração dos votos, são eleitos por unanimidade, os Deputados Ademir Lucas e Adalclever Lopes, para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. O Deputado Ademir Lucas é empossado Presidente e na oportunidade designa o Deputado Rômulo Veneroso para relatar a matéria. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, conforme edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de março de 2008.

Ademir Lucas, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Rômulo Veneroso.

ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 20/2/2008

Às 10h8min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fábio Avelar, Almir Paraca e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. José Tadeu de Moraes, Diretor-Presidente da Samarco Mineração S.A., convidando os membros da Comissão para fazer uma visita ao escritório da empresa em Belo Horizonte, para conhecer a atuação da mesma na área ambiental, seguida de visita às operações na unidade de Germano, no Município de Mariana; da Sra. Valéria Cristina Rezende, Superintendente Regional da Supram do Sul de Minas, comunicando que, em resposta ao Requerimento nº 1.243/2007, da Comissão, foi deferida a convocação de autorização ambiental de funcionamento - AAF - ao licenciamento ambiental da Prefeitura de Córrego do Bom Jesus - Usina de Triagem e Compostagem; e do Sr. Manuel Carvalho da Silva Neto, Subsecretário de Planejamento e Orçamento, publicado no "Diário do Legislativo", em 14/2/2008. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.709/2007 (relator: Deputado Sávio Souza Cruz). Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.770/2007. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Elmiro Nascimento em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Paracatu para se conhecerem os fatos que envolvem a expansão da Rio Paracatu Mineração S.A., empresa de capital canadense controlada pela Kinross Gold Corporation; e Elisa Costa em que solicita a realização de audiência pública no Município de Governador Valadares para se discutirem e conhecerem de perto as precárias condições de funcionamento do aterro sanitário municipal e as graves irregularidades detectadas pela Supram do Leste mineiro. O Deputado Sávio Souza Cruz comparece à reunião e assume a direção dos trabalhos. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Fábio Avelar em que solicita a realização de visita, seguida de audiência pública, para a discussão de assuntos referentes ao licenciamento ambiental concedido à empresa Top Empreendimentos Ltda. para a realização do "bota fora" na região de Nova Lima. O Deputado Almir Paraca apresenta requerimento em que solicita seja ouvida na reunião a Sra. Dorinha Alvarenga, Presidente da Fundação IBI - Tecnologia Alternativa -, e da Ibisol - Cooperativa de Ecodesenvolvimento e Economia Solidária. Após a aprovação do requerimento, o Presidente passa a palavra à Sra. Dorinha Alvarenga, que faz a entrega, aos membros da Comissão, de vídeo a respeito do ecossistema da Serra da Moeda - fauna e flora - e a degradação ambiental causada pelas atividades minerárias no local. O Presidente recebe os seguintes requerimentos, que serão apreciados oportunamente: do Deputado Deiró Marra em que solicita a realização de audiência pública no Município de Patrocínio para tratar de assuntos ligados ao meio ambiente, em especial a pesca predatória realizada nessa região; do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita a realização de audiência pública para se discutir o transporte de cargas perigosas no Estado e os eventuais riscos ao meio ambiente, representados por acidentes rodoviários em que estejam envolvidos esses produtos; do Deputado Almir Paraca em que solicita visita técnica a pontos estratégicos das áreas de proteção ambiental nas quais será promovida a desafetação nos Municípios de Lagoa Santa, Pedro Leopoldo e Matozinhos, além de audiência pública para se discutir o Projeto de Lei nº 1.444/2007, de autoria do Governador do Estado, que trata desse assunto; e do Deputado Wander Borges em que solicita a realização de audiência pública com a finalidade de se debaterem a situação ambiental da exploração mineral executada pela Empabra - Empresa de Mineração Pau Branco Ltda. e, especialmente, seu projeto de utilizar o sistema viário do Município de Sabará, para retirar os resíduos oriundos da exploração mineral de uma mina desativada localizada em Belo Horizonte. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2008.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Fábio Avelar - Almir Paraca - Inácio Franco.

ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 28/2/2008

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Pimenta, Walter Tosta e Chico Uejo (substituindo este ao Deputado Célio Moreira, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Walter Tosta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são

aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.512/2007 com a Emenda nº 1, apresentada (relator: Deputado Carlos Pimenta), e 1.643/2007 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Chico Uejó). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Délio Malheiros (2) em que solicita sejam realizadas reuniões para se debaterem, em audiência pública, os crescentes abusos, por parte dos bancos e das instituições financeiras, na cobrança e na não-amortização dos juros cobrados pela liquidação antecipada de débito, e a transferência do terminal rodoviário de Belo Horizonte - Tergip -, do centro para o Bairro Calafate, bem como as implicações decorrentes de tal mudança para os usuários. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de março de 2008.

Délio Malheiros, Presidente - Walter Tosta - Antônio Júlio - Domingos Sávio.

ATA DA 4ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Participação Popular NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 28/2/2008

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Eros Biondini e Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovadas, em turno único, cada uma por sua vez, as Propostas de Ação Legislativas nºs 470, 474, 476, 478 e 479/2007 (relator: Deputado André Quintão); 225, 231, 357, 359, 437, 457 e 516/2007 (relator: Deputado Carlin Moura); 459, 475, 482, 484, 491, 492 e 493/2007 (relator: Deputado Eros Biondini) que concluem por sua aprovação na forma de requerimentos. São rejeitadas as Propostas de Ação Legislativas nºs 435, 436 e 525/2007 (relator: Deputado Carlin Moura); 494, 495 e 496/2007 (relator: Deputado Eros Biondini). As Propostas de Ação Legislativas nºs nº 185, 187, 192, 200 a 206, 208, 216, 385, 386, 387, 388, 389, 392, 427, 430, 431, 433, 434, 438, 439, 441, 448, 451, 453, 454, 455, 456, 458, 462 e 463/2007 são retiradas da pauta, por determinação do Presidente da Comissão, por não cumprirem pressupostos regimentais e as nºs 464, 466, 468 e 477/2007, atendendo-se a requerimento do Deputado André Quintão aprovado pela Comissão. O Parecer sobre a Proposta de Ação Legislativa nº 381/2007, o qual conclui pela sua aprovação, tem a votação adiada, atendendo-se a requerimento do Deputado André Quintão aprovado pela Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento Deputado Carlin Moura em que solicita seja realizada reunião desta Comissão para debater, em audiência pública, a "oferta irregular de vagas nas escolas públicas e a falta de programa suplementar de transporte pelo Estado para as crianças e adolescentes", denunciadas pelos Conselhos Tutelares de Belo Horizonte. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de março de 2008.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura - Eros Biondini.

ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Segurança Pública NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 5/3/2008

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sargento Rodrigues, Paulo Cesar, Délio Malheiros, Leonardo Moreira e Luiz Tadeu Leite, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Antônio Júlio, Rêmolo Aloise, Carlos Pimenta e Getúlio Neiva. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e obter esclarecimentos sobre fatos ocorridos nas cadeias públicas de Rio Piracicaba, Conselheiro Lafaiete e Monte Belo, bem como informações sobre o quadro de servidores da Polícia Civil no Estado. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: no 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.957/2007 (Deputado Sargento Rodrigues); em turno único, os Projetos de Lei nºs 1.672/2007 (Deputado Délio Malheiros), 379/2007 (Deputado Luiz Tadeu Leite) e 1.986/2007 (Deputado Paulo Cesar). A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir o Sr. Maurício de Oliveira Campos Júnior, Secretário de Estado de Defesa Social, que é convidado a tomar assento à mesa. A Presidência, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, faz suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra ao convidado e aos Deputados presentes, para suas considerações. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.844, 1.845 e 1.848/2008. O Requerimento nº 1.680/2007 é rejeitado. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.858/2007. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e do convidado, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de março de 2008.

Sargento Rodrigues, Presidente - Paulo Cesar - Luiz Tadeu Leite.

ATA DA 2ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 5/3/2008

Às 10h15min, comparecem na Câmara Municipal de Montalvânia o Deputado Durval Ângelo, membro da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Paulo Guedes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos Deputados presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, os procedimentos necessários à apuração de denúncia de lesão corporal sofrida pelo Sr. Walisson Marinho Dourado. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir o Major PM Jorge Bonifácio, Comandante do 30º Batalhão da Polícia Militar de Januária; Pedro Nilton Lopes Silva, Presidente da Câmara Municipal de Montalvânia; Walisson Marinho Dourado, vítima de violação dos direitos humanos; Anfrísio Macedo, advogado; Aloísio Mesquita, Chefe de Polícia Civil Regional Norte de Minas; Marcelo de Oliveira da Silva, servidor público municipal; Alex Ronan Viana Mota, médico; Ricardo Leite, Vicente Neres de Santana, José Afonso, Ademar Antônio, Ney Cássio, Valdivino Doriedson, Gildenes Justiniano e Pedro Nilton Lopes, Vereadores à Câmara Municipal de Montalvânia; e a Sra. Sandra Maria Pimenta Santana, psicóloga, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Paulo Guedes, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de março de 2008.

Durval Ângelo, Presidente - João Leite - Vanderlei Miranda.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 13ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, EM 11/3/2008

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção dos trabalhos ordinários para realização do Ciclo de Debates "Licenciamento Ambiental".

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

(Regimental)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, na 2ª sessão legislativa ordinária da 16ª legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 11/3/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Resolução nº 1.853/2007, do Deputado Agostinho Patrús Filho; Projetos de Lei nºs 1.980/2008, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 2.053/2008, do Deputado Rômulo Veneroso.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.880/2007, do Deputado Wander Borges; 1.316/2007, do Deputado Gustavo Valadares; 1.742/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.857/2007, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.886/2007, do Deputado Doutor Rinaldo; 1.943/2007, do Deputado Vanderlei Miranda; 1.949/2007, da Deputada Ana Maria Resende; 1.959/2007, do Deputado Ivair Nogueira; 1.970/2007, do Deputado Paulo Guedes; 1.973 e 1.978/2007, do Governador do Estado; 1.983/2008, do Deputado Délio Malheiros; 2.015/2008, do Deputado Wander Borges; 2.040/2008, do Deputado Walter Tosta; 2.041 a 2.044, 2.047 e 2.050/2008, do Governador do Estado; 2.071 a 2.094/2008, do Deputado Leonardo Moreira; 2.106/2008, do Deputado Bráulio Braz.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 250/2007, da Deputada Cecília Ferramenta; 2.049/2008, do Governador do Estado; 2.052/2008, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 2.054/2008, do Governador do Estado; 2.056 e 2.057/2008, do Deputado Bráulio Braz; 2.061/2008, da Deputada Elisa Costa; 2.062/2008, do Deputado José Henrique; 2.065/2008, do Deputado Eros Biondini; 2.067 e 2.068/2008, do Deputado Padre João; 2.108/2008, do Deputado Paulo Guedes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas NA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 11/3/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.891 e 1.892/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.907 a 1.909/2008, do Deputado Eros Biondini; 1.917/2008, da Comissão de Participação Popular; 1.927 e 1.928/2008, da Comissão de Direitos Humanos; 1.939 e 1.942/2008, da Comissão de Participação Popular.

Realização de debate sobre a proposta, a ser levada ao Governo do Estado pela Associação das Microrregiões de Minas Gerais, de que os Municípios assumam a manutenção das estradas vicinais do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de cultura NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 11/3/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.954/2007, do Deputado Elmiro Nascimento.

Requerimento nº 1.934/2008, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial NA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 11/3/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Mensagens nºs 155 e 166/2008, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.967/2007, do Deputado Lafayette de Andrada; 2.022/2008, do Deputado Inácio Franco.

Requerimentos nºs 1.916, 1.919 e 1.966/2008, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública NA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 16 horas do dia 11/3/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.677/2007, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.900/2008, da Deputada Ana Maria Resende; 1.902/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 1.910, 1.911 e 1.912/2008,

do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 9 horas do dia 11/3/2008, destinada à realização do Ciclo de Debates "Licenciamento Ambiental".

Palácio da Inconfidência, 10 de março de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 11/3/2008, destinada à leitura e aprovação da ata da reunião anterior e, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 37/2007, do Governador do Estado, que extingue cargos de provimento em comissão do Quadro Específico de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado e dá outras providências, e dos Projetos de Lei nºs 15/2007, do Deputado Eros Biondini, que autoriza o Poder Executivo a implantar na rede pública hospitalar do Estado o programa de prevenção e tratamento de distúrbios alimentares para portadores de anorexia e bulimia nervosa e dá outras providências; 89/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr, que proíbe a venda e o consumo de bebida alcoólica nas dependências de estádios de futebol das administrações públicas direta e indireta do Estado nos dias de jogos, 342/2007, do Deputado Doutor Viana, que estabelece diretrizes para facilitar o acesso de pessoa portadora de deficiência física, visual ou com mobilidade reduzida em espaço público no Estado, 521/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel que descreve ao Município de Passa Tempo, 1.402/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.566, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pavão o imóvel que especifica, 1.431/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Diamantina o imóvel que especifica, 1.583/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.940, de 29/12/2003, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Minas Gerais e dá outras providências, 1.604/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio do Monte o imóvel que especifica, 1.631/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Barbacena o imóvel que especifica, 1.632/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem - DER - MG - a doar ao Município de Campo Belo o imóvel que especifica, 1.686/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição da Barra de Minas o imóvel que especifica, 1.690/2007, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Poços de Caldas o imóvel que especifica, e 1.817/2007, do Deputado Sebastião Costa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Manhuaçu o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 10 de março de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 18.251

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Arantes, Domingos Sávio, Padre João e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/3/2008, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 18.251 e de apreciar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 10 de março de 2008.

Delvito Alves, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.256

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados André Quintão, Vanderlei Miranda e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/3/2008, às 9h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.256 e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 10 de março de 2008.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.250

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Célio Moreira, Ivair Nogueira e Ruy Muniz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/3/2008, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de designar o relator.

Sala das Comissões, 11 de março de 2008.

Fábio Avelar, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 40/2007

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Gil Pereira, Gilberto Abramo e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/3/2008, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 40/2007, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 10 de março de 2008.

Agostinho Patrús Filho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Cesar, Délio Malheiros, Leonardo Moreira e Luiz Tadeu Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/3/2008, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 379/2007, do Deputado Paulo Cesar; 1.672/2007, do Deputado Jayro Lessa; 1.986/2008, do Deputado Domingos Sávio; de votar, em turno único, o Requerimento nº 1.929/2008, da Comissão de Direitos Humanos, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 10 de março de 2008.

Sargento Rodrigues, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.197

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Neider Moreira, Paulo Cesar, Lafayette de Andrada e Vanderlei Jangrossi, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/3/2008, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.197 e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 10 de março de 2008.

Fahim Sawan, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Hely Tarquínio, Carlos Pimenta, Doutor Rinaldo e Ruy Muniz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/3/2008, às 9h30min, no Itapuã Iate Clube, em Unai-MG, com a finalidade de debater sobre o aumento do número de pacientes com câncer no Município de Unai e as causas desse aumento, bem como sobre alternativas que possam reduzir a incidência da doença, com convidados mencionados na pauta, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 10 de março de 2008.

Carlos Mosconi, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fábio Avelar, Almir Paraca, Inácio Franco e Wander Borges, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/3/2008, às 9h30min, na Câmara Municipal de Paracatu, com a finalidade de discutir fatos relacionados à expansão da Rio Paracatu Mineração S.A., empresa de capital canadense controlada pela Kinross Gold Corporation, sediada nesse Município, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 10 de março de 2008.

Sávio Souza Cruz, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 192/2007, de autoria da Prefeitura Municipal de Comendador Gomes, pretende implantar os portos hidroviários de Água Vermelha em Iturama e Chaveslândia em Santa Vitória.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 15/11/2007, vem a proposta a esta Comissão, para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, no dia 29/10/2007, em Frutal, audiência pública com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 1.615/2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o período 2008-2011. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

A proposta em tela solicita a implantação dos portos hidroviários no Rio Grande, no Município de Iturama, abaixo da represa de Água Vermelha, e no Rio Paranaíba, no Distrito de Chaveslândia, no Município de Santa Vitória, abaixo da represa de São Simão. O autor, representante da Prefeitura de Comendador Gomes, Município de economia baseada no agronegócio com destaque para as culturas da cana de açúcar, abacaxi, laranja e mandioca, demonstra visão estratégica para o escoamento da produção agrícola. Localizado no interior do Triângulo, o Município de Comendador Gomes tem acesso rodoviário às duas localidades citadas. Uma vez implantados, esses portos darão acesso à hidrovía do Paraná, alternativa de transporte que abre um grande mercado aos produtos da região a custos significativamente mais baixos que o transporte rodoviário, o que tornará toda a economia regional mais competitiva.

Vale informar, porém, que outra Proposta de Ação Legislativa, a de nº 186/2007, apresentada pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, de conteúdo idêntico à proposta em tela, resultou na aprovação de duas emendas parlamentares que promoveram alterações no Programa 056 – Potencialização da Infra-Estrutura Logística da Fronteira Agroindustrial –, constante na Lei nº 17.347, de 2008, que dispõe sobre o PPAG 2008-2011. A primeira alterou o Programa 056, incluindo em seu objetivo a infra-estrutura hidroviária. A segunda incluiu uma ação nova – Implantação de Portos Hidroviários no Triângulo – com vistas à efetivação da proposta.

Entendemos, portanto, que a proposta em análise já foi plenamente atendida

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela rejeição da Proposta de Ação Legislativa nº 192/2007.

Sala das Comissões, 6 de março de 2008.

André Quintão, Presidente - Eros Biondini, relator - Carlin Moura - Gustavo Valadares - João Leite.

Parecer sobre as Propostas de Ação Legislativa Nºs 462 e 463/2007

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 462/2007, de autoria do Centro de Vida Independente de Belo Horizonte, sugere a criação de uma comissão para exigir do Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência a adequação imediata da infra-estrutura das escolas públicas estaduais para que permitam a acessibilidade dos deficientes físicos. De mesma autoria, a Proposta de Ação Legislativa nº 463/2007 solicita a manutenção das escolas especiais para atendimento dos alunos com deficiência mental grave, com transtorno mental e com autismo.

Publicadas no "Diário do Legislativo" de 15/11/2007, vêm as propostas a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 6, 7 e 8/11/2007, em Belo Horizonte, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 1.615/2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o período 2008-2011. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

As propostas de ação legislativa em análise pretendem que o Estado tome as providências necessárias para a imediata acessibilidade do deficiente físico nas escolas públicas estaduais e a manutenção das escolas especiais para os alunos com deficiência mental grave, com transtorno mental e com autismo.

A Secretaria de Educação, em cumprimento à Resolução do Conselho Estadual de Educação – CEE – nº 451, de 27/5/2003, já vem realizando, por meio do Projeto Incluir, adaptações nas instalações físicas das escolas da rede estadual de ensino para facilitar o acesso dos alunos deficientes. Em 2006 foram cadastradas nesse projeto 893 escolas estaduais, com no mínimo uma escola em cada Município. Há a perspectiva de ampliar esse número para 1.000 escolas. Mas a própria Diretora de Educação Especial da Secretaria de Educação, Ana Regina de Carvalho, admitiu em evento na Assembléia Legislativa, em 18/6/2007, que, com os poucos recursos financeiros, será difícil realizar uma adaptação estrutural nas quase 4 mil escolas existentes.

No que concerne às escolas especiais, a Secretaria de Educação, também em cumprimento à Resolução CEE nº 451, de 2003, vem ampliando a rede de atendimento especializado. A Diretora Ana Regina Carvalho informou no mesmo evento que, até 2006, 2.722 professores, supervisores e pedagogos da rede estadual e 2.193 professores da rede municipal foram capacitados nas diversas áreas de educação especial, perfazendo

um total de 4.915 profissionais da educação. Informou ainda que, em 2006 e 2007, 300 professores foram capacitados para atender alunos com deficiência mental; e que, além da formação especializada dos professores e das unidades escolares próprias, a Secretaria de Educação subsidia financeiramente a reorganização das escolas especiais, permitindo que essas escolas contratem profissionais para ministrar cursos.

Verifica-se, pois, que já estão sendo tomadas providências para atender as proposições em análise. Mesmo assim, somos pela sua aprovação na forma de requerimento solicitando o envio de ofício à Secretária de Educação a fim de que envie todos os esforços necessários para que, em cumprimento à Resolução CEE nº 451, de 2003, seja ampliado o mais rápido possível o número de escolas no Projeto Incluir e de escolas especiais para alunos com deficiência mental grave, transtorno mental ou autismo.

Conclusão

Diante do exposto, concluímos pela aprovação das Propostas de Ação Legislativa nºs 462 e 463/2007, na forma de requerimento.

Sala das Comissões, 6 de março de 2008.

João Leite, Presidente e relator - Carlin Moura - Gustavo Valadares.

Parecer sobre a Proposta de Ação Legislativa Nº 532/2007

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 532/2007, da Associação Comunitária do Bairro Dom Bosco, objetiva a fabricação de sacos plásticos de tamanhos diversos, nas cores padronizadas para cada tipo de lixo, reciclável, compostável ou infectante.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 15/11/2007, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, no dia 31/10/2007, em Juiz de Fora, audiência pública com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 1.615/2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o período 2008-2011. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

A proposta em análise solicita o investimento do Estado na produção de sacos plásticos para a coleta dos diversos tipos de lixo - reciclável, orgânico e hospitalar -, nas suas respectivas cores-padrão.

A atividade sugerida não condiz com as competências do poder público, sendo tipicamente atribuição do mercado, que já produz os artigos sugeridos. Entendemos, portanto, que a proposta não deve ser acolhida.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela rejeição da Proposta de Ação Legislativa nº 532/2007.

Sala das Comissões, 6 de março de 2008.

João Leite, Presidente e relator - Carlin Moura - Gustavo Valadares.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.471/2007

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Zezé Perrella, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Liga Nanuquense de Futebol, com sede no Município de Nanuque.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.471/2007 pretende declarar de utilidade pública a Liga Nanuquense de Futebol, que tem como finalidade precípua difundir, aperfeiçoar e disciplinar a prática de desporto amador, com ênfase no futebol.

Na consecução de seus propósitos, organiza campeonatos e torneios, além de desenvolver atividades que envolvem a divulgação do esporte e a valorização dos atletas do Município de Nanuque.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.471/2007 em turno único.

Sala das Comissões, 10 de março de 2008.

Vanderlei Jangrossi, relator.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 10/3/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Antônio Genaro

exonerando Alexandre Garandy Silva do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

exonerando Leandro Andrade Genaro Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Alexandre Garandy Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Leandro Andrade Genaro Oliveira para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas.

Gabinete do Deputado Dinis Pinheiro

exonerando Gláucia Meirelles Santos do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

exonerando Maria da Conceição Resende Maia do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;

exonerando Wellington Lopes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Maria da Conceição Resende Maia para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Mônica Souza Carneiro do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

nomeando Gláucia Meirelles Santos para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

nomeando Natália Cristina Cota Martino para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Wellington Lopes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Sul América Companhia Nacional de Seguros. Objeto: contratação de seguro para imóveis de propriedade da ALMG e conteúdos, incluindo-se danos elétricos para as instalações e equipamentos. Dotação orçamentária: 3.3.90.39. Vigência: 12 meses, a contar da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 53/2007.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Unibanco AIG S.A. Objeto: contratação de seguro total para 19 veículos, incluída assistência 24 horas. Objeto deste aditamento: alteração do objeto contratual (substituição de um veículo e inclusão de outro).

ERRATA

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 27/2/2008

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 7/3/2008, na pág. 68, col. 4, na parte relativa à correspondência recebida, na linha 14, onde se lê:

"Lei nº 12.974, de 28/7/98.", leia-se:

"Lei nº 12.974, de 28/7/98; e informação técnica da Consultoria desta Casa sobre análise de casos referentes a negação de pedido de

promoção por escolaridade adicional.".